

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia

Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento

Viviane Freitas Santos

Ciclos Econômicos e Arranjos Institucionais no Brasil: a visão de Ignácio Rangel

Porto Alegre

2013

VIVIANE FREITAS SANTOS

Ciclos Econômicos e Arranjos Institucionais no Brasil: a visão de Ignácio Rangel

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Economia do Desenvolvimento, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof^o Dr. Adalmir Antonio Marquetti

Porto Alegre

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237c Santos, Viviane Freitas
Ciclos Econômicos e Arranjos Institucionais no Brasil: a visão de
Ignácio Rangel / Viviane Freitas Santos. – Porto Alegre, 2013.
83 f.

Diss. (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – FACE,
PUCRS.
Orientador: Prof. Dr. Adalmir Antonio Marquetti.

1. Economia. 2. Brasil – Economia. 3. Rangel, Ignácio – Crítica e
Interpretação. 4. Crises Econômicas – Brasil. 5. Economia – Teorias.
I. Marquetti, Adalmir Antonio. II. Título.

CDD 330.981

**Ficha Catalográfica elaborada por
Vanessa Pinent
CRB 10/1297**

VIVIANE FREITAS SANTOS

Ciclos Econômicos e Arranjos Institucionais no Brasil: a visão de Ignácio Rangel

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Economia do Desenvolvimento, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em Porto Alegre, 25 de março, 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof^o Dr. Adalmir Antonio Marquetti PUC-RS

Prof^o Dr. Gustavo Inácio de Moraes PUC-RS

Prof^o Dr. Octávio Augusto Camargo Conceição UFRGS

À memória de Arnaldo Reis Santos, meu querido pai.

À Jane, linda, guerreira, minha mãe e fortaleza!

AGRADECIMENTOS

Enfim, mais um ciclo se encerra. Foram dois anos de muita luta, estudos, lágrimas e alegrias. A saída de casa nunca é fácil, mas quando se almeja conquistar um sonho, tudo fica muito mais doce e tranquilo. Principalmente, quando se esta amparada pela melhor família do mundo e pelos melhores amigos/a. Essa vitória não é só minha, mas de cada um e cada uma que contribuiu para a minha caminhada.

Aos meus pais, Jane e Arnaldo, pela vida e valores. Agradeço, imensamente, o amor que sempre me deram. Principalmente, a minha mãe que nunca mediu esforços e não titubeou em aceitar me financiar nessa empreitada, essa vitória é sua!

As minhas lindas irmãs, Fernanda, Sandra e Simone. Nunca nos faltaram o amor e o companheirismo, sempre unidas, vencemos juntas! Aos irmãos trazidos pela vida, Marcos, Maurillo, Giliad e Givanildo, encham nossa casa de alegria e completam nossa família. Muito obrigada!

Aos amigos/as e professores/as da UEFS, ao Mutação, ao Ousar. Est a mais próximo o dia em que devolverei todo o conhecimento acumulado para os movimentos sociais,   luta para a constru o de um mundo livre de preconceitos e opressão   todo dia. Seguiremos firme!

Aos amigos/as que a vida me presenteou e tornaram esses dois anos muito mais alegres, Alexandre Loures, Diego Paiva, Guilherme de Oliveira, Izabelita Barboza, Kayline Gomes, Lilian Ramos, R ber Iturriet e Thiago Henrique Lopes. Amigos/as construídos para a vida. A nós, resta a certeza de que a distância física não diminuir  o amor e a amizade que construímos. Meu amor incondicional!

Aos professores/a do PPGE-PUCRS pela excelência nos ensinamentos, disponibilidade e acolhimento. Em especial, agradeço ao prof  Gustavo In cio de Moraes pela amizade, disponibilidade e paciência, o brilhantismo com o qual conduziu as aulas e o grupo de estudos em macroeconomia contribuíram para reafirmar minha op o pela docência. As secret rias do PPGE-PUCRS pela disponibilidade e serenidade em nos atender.

Minha gratidão ao professor Adalmir Marquetti pelas orienta es, pelas boas conversas e risadas. Por me apresentar Ignácio Rangel e me ajudar a ampliar as reflexões sobre o desenvolvimento brasileiro. A dedica o que tem com os estudos em economia contribuem para me manter no caminho na pesquisa e na docência. Muitíssimo obrigada!

Por fim,   Capes/PROSUP pelo indispensável apoio financeiro.

A Oxalá e Iansã pela vida, a todos/as pelo companheirismo na caminhada, AXÉ!

“Não tenho culpa que as faculdades de economia tenham cometido à imprudência de suspender o ensino de teoria do ciclo, nem de ensinarem tão pouco de economia do planejamento e de até de economia do projetamento. Isso obrigou-me aos habituais e antiestéticos parênteses propedêuticos, que sobrecarregam o estilo [...]” Ignácio Rangel (2005a).

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo investigar as aproximações conceituais e as divergências existentes entre três “escolas” do pensamento econômico contemporâneo, a saber: a Escola da Regulação, a escola da Estrutura Social de Acumulação e Ignácio Rangel. Para tanto, foi feita uma revisão da literatura basilar de cada “escola” estudada, abordando os principais conceitos e discutindo sua interpretação sobre as crises do capitalismo. Por fim, no último capítulo, foram abordadas as impressões de cada “escola” sobre as percepções do modo de produção capitalista, quais as instituições que irão compor as estruturas socioeconômicas e políticas, além, da discussão sobre progresso técnico. Estas considerações trazem as reflexões das “escolas” no estudo das crises do capitalismo, bem como o papel das instituições nas mudanças observadas na história econômica recente para retomar as taxas de lucro. Percebeu-se, portanto, que os argumentos utilizados para compreender a crise da década de 1970 e seus desdobramentos na economia mundial, a partir da ótica da Escola da Regulação e da Estrutura Social de Acumulação já haviam sido apontados por Ignácio Rangel desde o início da década 1940, a partir de suas considerações sobre o Brasil.

Palavras-chaves: Crise. Instituição. Escola da Regulação. Escola da Estrutura Social de Acumulação. Ignácio Rangel.

ABSTRACT

This essay aims to research the conceptual similarities and the differences between three "schools" of contemporary economic thought, namely the Regulation School, the School of Social Structure of Accumulation and Ignácio Rangel. For such purpose, it was made an compulsory literature review of each studied "school", dealing with the main concepts and discussing their interpretation about the crises of capitalism. Finally, on the last chapter, it were discussed the impressions of each "school" on perceptions of capitalist mode of production, the institutions which will form socioeconomic structures and policies, besides the discussion on technical progress. These considerations bring the thoughts of the "schools" on the study of the crises of capitalism as well as the role of institutions in observed changes in recent economic history to resume profit rates. Therefore, it was realized that the arguments used to understand the crisis of the 1970s and its implications for the world economy from the perspective of Regulation Theory and Social Structure of Accumulation Theory, they had already been indicated by Ignacio Rangel since the early 1940s, from his considerations about Brazil.

Keywords: Crisis. Institution. Regulation School. School of Social Structure of Accumulation. Ignácio Rangel.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 | ESCOLA DA REGULAÇÃO | 14 |
| 2.1 | PANORAMA GERAL | 14 |
| 2.2 | SOBRE O CONCEITO DE REGIME DE ACUMULAÇÃO | 17 |
| 2.3 | MODO DE REGULAÇÃO | 20 |
| 2.4 | A ANÁLISE DA CRISE A PARTIR DA TEORIA DA REGULAÇÃO | 25 |
| 3 | ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO | 31 |
| 3.1 | A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO | 31 |
| 3.2 | DAS ONDAS LONGAS DE KONDRATIEFF A ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO | 37 |
| 3.3 | CICLOS REPRODUTIVOS E NÃO-REPRODUTIVOS | 39 |
| 3.4 | AS CRISES A PARTIR DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO | 40 |
| 4 | CICLOS, INSTITUIÇÕES E DUALIDADE ECONÔMICA: RANGEL | 47 |
| 4.1 | DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO POR IGNÁCIO RANGEL | 47 |
| 4.2 | A RELAÇÃO SOCIOECONÔMICA DUAL | 50 |
| 4.3 | O ESTADO E A CONSTRUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CAPITALISTAS | 57 |
| 4.4 | AS CRISES E AS ONDAS LONGAS DO CAPITALISMO POR RANGEL | 59 |
| 4.5 | CRISES, CICLO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: TRÊS “ESCOLAS” EM COMUM | 65 |
| 4.6 | AS SIMILARIDADES QUANTO À PERCEPÇÃO DO CAPITALISMO | 68 |
| 4.7 | ALGUMAS APROXIMAÇÕES INSTITUCIONAIS | 70 |
| 5 | CONCLUSÃO | 77 |
| 6 | REFERÊNCIAS | 80 |

1. INTRODUÇÃO

No intuito de investigar o comportamento do sistema capitalista e seus desdobramentos na economia mundial, diversas reflexões foram construídas para que se tentasse entender os fenômenos econômicos. Em épocas de crise, em especial, apareciam elementos que não eram justificados pela teoria econômica hegemônica e, principalmente, estava, cada vez mais claro a influência de outros elementos. Nesse sentido, a crise tornou-se objeto de estudo de muitas escolas do pensamento econômico, principalmente, daquelas derivadas do marxismo tradicional. Isto acontece porque se reconhece que a crise é a manifestação das contradições do capitalismo, geradas paralelamente ao seu desenvolvimento e expansão.

Este é o ponto de partida da Escola da Regulação, da escola da Estrutura Social de Acumulação e, principalmente, de Ignácio Rangel: compreender a crise e todo o contexto que a envolve, dos elementos desencadeadores àqueles que permitem sua superação. As duas primeiras escolas se propõem a entender o desenvolvimento capitalista a partir de uma economia central, com capacidade de estabelecer os ritmos produtivos e de gerar crises. Ignácio Rangel, por sua vez, observa a relação de uma economia subdesenvolvida com forte dependência do mercado externo.

A partir desse objeto de pesquisa, Ignácio Rangel identifica um elemento, que apesar de não ser exclusivo do Brasil, é definitivo para compreender como se dá a incorporação do capitalismo pela economia brasileira. Trata-se da dualidade, conceito que é construído pelo autor a partir da identificação da natureza caráter dependente e complementar da economia brasileira. Dada a formação socioeconômica baseada na construção de um país fornecedor de matérias-primas ao centro dinâmico, a dualidade é observada através da relação entre dois modos de produção que, a princípio, são antagônicos. De um lado, um sistema de produção mais avançado tecnologicamente, nas relações capital/trabalho e com formação de classe distinta. Por outro, internamente, o país é altamente dependente do mercado externo, com uma economia primário-exportadora e formas pré-capitalistas de trabalho, mas que progressivamente passa a incorporar elementos que são desenvolvidos nos países centrais. Seja tecnologia, sistemas de produção ou hegemonia política, todas contribuíram para delinear o capitalismo de acordo com o tempo e o espaço em que se desenvolve. Esses movimentos de

incorporação de características alheias ao ambiente institucional tradicional indicam a existência de um movimento de alteração e superação de fases.

As “escolas” estudadas reconhecem esta característica no comportamento do capitalismo, e sua manifestação clara ocorrerá com as crises, quando toda a estrutura institucional passa a ser questionada. Não se trata apenas de entender as crises, mas de reconhecer nas características que as compõem toda a estrutura produtiva, a definição de seus comportamentos e a intensidade com a qual seus desdobramentos impactam nas relações econômicas. Portanto, antes de compreender a crise em si, se deve investigar os elementos socioeconômicos e políticos que definem a estrutura produtiva, ou seja, estudar as instituições.

Como Ignácio Rangel, a Escola da Regulação também irá investigar as crises, mas a partir de dois conceitos centrais: modo de regulação e regime de acumulação. O primeiro conceito refere-se ao formato que as instituições adquirem a partir do desenvolvimento de tecnologia, das relações de capital/trabalho e pela configuração estatal para que seja possível manter a estabilidade das lutas de classe e os níveis de lucro. O segundo conceito diz respeito à organização em conjunto das instituições que compõe o modo de regulação, aqui é possível identificar a forma como o modo de produção se desenrola com o decorrer das lutas de classe, portanto, os movimentos que permitem a sua formação, solidificação e posterior superação.

A Escola da Estrutura Social de Acumulação, por sua vez, identifica o conjunto base de instituições que permitem a reprodução estável do sistema capitalista e a manutenção das taxas de lucro. Seu formato está relacionado com a intensidade da luta de classe e da competição intercapitalista, portanto, em constante formação de acordo com sua origem e permanente sobredeterminação. As formas que estas instituições adquirem ao fim do processo de desenvolvimento irão refletir o formato socioeconômico das relações econômicas e pessoais e estabilizar o conflito de classe.

As “escolas” estudadas apresentam uma base teórica e reflexiva equivalentes, e este, portanto, é o ponto central deste trabalho dissertativo: apresentar as semelhanças entre estas três “escolas” no que se referem as suas percepções sobre a crise. Os elementos que são incorporados aos conceitos de modo de regulação e regime de acumulação e junto com aqueles que estão compondo a base institucional da Estrutura Social de Acumulação, já haviam sido identificados por Ignácio Rangel na década de 1940, partindo de suas reflexões sobre o Brasil.

Para apresentar esses conceitos e, posteriormente, demonstrar as semelhanças e as eventuais diferenças entre as “escolas”, foi feita uma extensa revisão de literatura a partir de

suas obras clássicas. A partir desse retorno à base teórica será possível compreender os conceitos construídos e, a partir deles, retornar a suas análises sobre a formação e os desfechos das crises do capitalismo. Para tanto, a dissertação é composta de três capítulos, além desta introdução e a conclusão.

O primeiro capítulo refere-se à Escola da Regulação, sua discussão sobre regime de acumulação e modo de regulação, com posterior análise histórica sobre as crises do século XX, destacando os eventos tidos como pontos de ruptura. No capítulo seguinte, estuda-se a Escola da Estrutura de Acumulação, sua percepção de desenvolvimento econômico a partir das ondas longas de Kondratieff e de sua análise sobre as crises. Para tanto, são identificados as estruturas institucionais chaves que permitem a manutenção dos níveis de acumulação, bem como a reprodução estável do modo de produção. Por fim, mas não por último, apresenta-se Ignácio Rangel, sua tese da dualidade e a participação do Estado na composição e solidificação do capitalismo brasileiro. Recupera-se a formação capitalista nacional através dos ciclos de Kondratieff e as trocas da dualidade, a partir das crises no centro do capitalismo mundial. Por fim, apresentam-se as semelhanças e as diferentes percepções sobre o sistema capitalista e a compreensão de cada autor sobre as instituições criadas para a manutenção das taxas de lucro e acúmulo de capital.

2. ESCOLA DA REGULAÇÃO

Esta escola surge das análises feitas, inicialmente, por Michel Aglietta (1979) com o objetivo de entender o revés econômico da década de 1970, a crise do fordismo, junto com suas peculiaridades: estagnação econômica e crescimento da inflação. De orientação teórica marxista, o materialismo histórico é o instrumento metodológico utilizado para as análises. Portanto, a partir dos retornos à história do capitalismo contemporâneo que se constrói os dois conceitos orientadores de toda a análise feita pelos regulacionistas: modo de regulação e regime de acumulação. Ambos fazem referência às formas institucionais que permitem a reprodução dos níveis de lucro e garantem a estabilidade da luta de classe. São elas que possibilitam que o sistema capitalista não viva em permanente caos, mas sim que apresente períodos de franco crescimento (BOYER, 2009).

À vista disso, não serão apenas em conceitos marxistas que se desenvolverão as investigações desta escola. São perceptíveis, elementos do institucionalismo e, em menor medida, do keynesianismo, as duas correntes teóricas somam-se para que seja possível compreender a formação estrutural do capitalismo implícita a conjuntura socioeconômica e política. Dessa forma, o objeto de pesquisa demonstra-se muito mais complexo, uma vez que entender a estrutura do modo de produção capitalista sugere uma análise radical do tema, no sentido de ir à raiz do objeto pesquisado. Para atender a esse objetivo, portanto, este capítulo pretende construir, claramente, os conceitos de regime de acumulação e modo de regulação, para em seguida discutir a análise desta escola para as crises de 1929 e 1973.

2.1 PANORAMA GERAL

O desenvolvimento econômico capitalista é objeto de interesse da Escola da Regulação (ER), estudar sua evolução através da luta de classe e das formas institucionais construídas para o seu apoio, fundamentam os conceitos elaborados e justificam a identificação de diferentes formações sociais. Como o objetivo do sistema capitalista é o lucro, que se concretizará através da acumulação do capital (BOYER, 2009), o resultado da interação entre os indivíduos e o meio socioeconômico em que estão, resulta em um sistema com períodos de estabilidade e crise. A Escola Regulação, portanto, reconhece na centralidade dos sujeitos a incumbência de reprodução das estruturas sociais, afirmando, simultaneamente, o condicionamento histórico às estruturas postas – o que não exclui a possibilidade de

transgressão das regras e de transformação das estruturas a partir de suas ações criativas (COMBAT, 2007).

Em sua formação, a principal influência teórica vem do pensamento marxista, a ER reconhece um novo padrão de desenvolvimento, através de regularidades das crises e do caráter progressivo das mudanças sociais. Trata-se de um sistema evolucionário por reconhecer as transformações e reprodução do sistema capitalista, a partir, da incorporação pelos sujeitos sociais das mudanças em toda a estrutura socioeconômica (LIPIETZ, 1988; BOYER, 1990; AGLIETTA, 1979).

Dentro deste marco teórico, a escola da regulação identifica a existência de diferentes estruturas econômicas que permitirão a reprodução do capitalismo. O estudo histórico e comparativo, portanto, permitiu identificar diversas formações institucionais deste modo de produção, com influências distintas sobre o conjunto estrutural, mas imprescindível para assegurar a sua reprodução. É o caso do comportamento das firmas no processo produtivo, é clara sua intervenção na organização das estruturas de mercado atingindo, diretamente, o nível de acumulação de capital (individual e coletivo). No mesmo sentido, passa a ser estabelecida, também, uma nova relação entre capital/trabalho diferente entre os períodos históricos, mas sempre com correlação de força tendendo, positivamente, ao capitalista. E, por último, uma nova relação com o Estado é construída, tornando-o cada vez mais presente nas decisões de política econômica, aumentando sua influência sobre a estabilidade das relações de produção e contenção das crises do capitalismo. Contudo, sua posição hegemônica não é constante, depende do tempo e do espaço na qual as relações de produção estão estabelecidas.

Por outro lado, quando se ingressa em períodos de crises, as transformações observadas estão ligadas à intensidade e ao desfecho esperado, bem como as formas encontradas para a recuperação dos níveis de produtividade e organização de uma nova estrutura de mercado. Todas essas questões são definidas, através, das transformações prévias nas formações institucionais, em consequência das novas necessidades surgidas e que precisam ser atendidas. Portanto, a ideia central esta na forma estrutural e nas instituições: todas elas derivam, fundamentalmente, da relação mercantil, da relação capital/trabalho ou ainda de sua interação (BOYER, 1990, p.36).

Não obstante, há um elemento comum que perpassa por todas estas características, a saber: os conflitos de classe. A intensidade com que se desenvolvem a disputa por maiores parcelas de renda, influencia no desenvolvimento das crises. A recorrência destes eventos reforça o argumento de que a forma de apropriação e o caráter social do processo de

produção são, naturalmente, conflituosos. Dessa forma, quanto mais à força produtiva se desenvolve, mais ela entra em conflito com a base estreita sobre a qual estão fundamentadas as suas relações de consumo (LIPIETZ, 1981). Portanto, é possível reconhecer o objeto de estudo desta escola esta na relação entre os paradigmas econômicos (ou regimes de acumulação) e por outro lado, os determinantes econômicos (modo de regulação) (LIPIETZ, 1987- tradução nossa). Ou seja, o objeto de pesquisa é compreender os elementos que permitem a reprodução estável do capitalismo e, principalmente, quando o sistema econômico não está em um período de estabilidade o que leva às transformações observadas e permitem sua reprodução.

Com todos esses elementos, a ER fundamenta sua interpretação teórica em conceitos outros, que não só derivados do marxismo, o que pressupõe avançar na interpretação do capitalismo (FARIA, CONCEIÇÃO e BELLO, 1990), e com isto conseguem identificar características que estruturam esse sistema produtivo. Através da fundamentação teórica no institucionalismo, por exemplo, os autores conseguem perceber que as formas institucionais são construídas para manter a “estabilidade” econômica e que são fundamentais na determinação e manutenção dos níveis de lucro e de acumulação (AGLIETTA, 1990; BOYER, 1990; LIPIETZ, 1982). Será, ainda, a partir desta observação que novas formas institucionais poderão ser viabilizadas, e compor a nova configuração institucional que permita identificar o processo evolutivo do capitalismo contemporâneo (BOYER, 2009).

Com uma base teórica definida, e com apropriação dos elementos que constroem o capitalismo, os regulacionistas identificam um grupo de instituições que são definidas por Boyer (1990) como ocultas na economia de mercado. Trata-se, portanto, das formas institucionais basilares para o desenvolvimento do regime de acumulação e modo de regulação, são estes: o regime monetário, as formas de concorrência, a relação salarial, as relações de mercado e o comércio internacional. (BOYER, 1990). Estas formas institucionais, apesar de presente em todo o período histórico em análise, tem maior ou menor influência no contexto da luta de classe e nas crises, outras ganham maior complexidade em suas relações socioeconômicas no âmbito dos questionamentos da norma vigente. Além da pluralidade das formas assumidas por essas instituições no decorrer da história econômica, não é possível analisar o sistema capitalista sem observar sua evolução e as influências em um ambiente socioeconômico e político no qual estão inseridas. Aqui, portanto, se justifica o argumento da ER de que há diferentes formações capitalistas no sistema econômico mundial, e diferentes formas institucionais que garantirão a regulação econômica.

Colocando as formas institucionais como protagonistas no desenvolvimento econômico e o indivíduo como agente de transformação social, a ER elabora os conceitos de *regime de acumulação e modo de regulação*¹. Para esta escola o que importa é distinguir de um lado, a lógica geral das relações sociais e, de outro, as estratégias utilizadas pelos grupos e indivíduos para aí se inserir ou daí se libertar (BOYER, 1990, p. 68). E deste ponto constrói-se uma nova forma de interpretar as transformações do capitalismo, seus impactos no padrão de crescimento, nas estruturas socioeconômicas e institucionais. Portanto, ao assumir formas diferentes de relações econômicas e assegurar a evolução das forças produtivas, os regulacionistas ressaltam o conceito e afirmam que no sistema capitalista não há elementos pré-definidores do comportamento econômico.

Temos, portanto, uma diversidade de formas de capitalismo, pois cada formação social é o resultado de uma sequência original de lutas, de crises, de compromissos políticos e especializações econômicas. Portanto, a diversidade das formações econômicas e sociais não é a expressão de uma simples inércia ou de um arcaísmo que a modernidade terminaria por solapar: ela é constitutiva do capitalismo em si (BOYER, 2009, prefácio).

As reflexões teóricas desta escola estão construídas sobre a condução da luta de classe, sobre as decisões de política econômica e sobre o perfil institucional. A partir dos desdobramentos históricos deste tripé fica mais claro e complexo pensar o capitalismo e os métodos de acumulação de capital adotados para a manutenção dos níveis de lucro.

2.2 SOBRE O CONCEITO DE REGIME DE ACUMULAÇÃO

As relações socioeconômicas desenvolvidas ao longo da história das nações têm por objetivo a manutenção do padrão de lucro e acumulação de capital. Enquanto estes níveis estiverem de acordo com o esperado, as formações institucionais irão acompanhar os eventuais ajustes para a manutenção do crescimento, sem maiores arroubos.

O regime de acumulação é definido abstratamente através da generalização dos fenômenos observáveis, ou seja, a partir dos desdobramentos do modo de produção. Logo, o regime de acumulação depende do resultado das interações entre as normas de produção, o consumo e as formas institucionais criadas pelas relações sociais. Sua ação coordenada

¹Embora sejam conceitos fundamentais da Escola da Regulação, não existe um conceito único, formalizado, mas sim uma complementaridade entre os diversos autores para a sua definição.

permite que os níveis de acumulação mantenham-se estáveis por um período prolongado, assim a existência de um regime de acumulação é garantido pela efetivação de um modo de regulação (CONCEIÇÃO, 1990, p. 212).

Não há um conceito exatamente definido para regime de acumulação, mas suas características gerais são apontadas pelos autores de forma que a abstração necessária para sua compreensão possa ser feita. Noel (1987) aponta para a ligação entre as decisões individuais dos produtores e a demanda social como característica das estruturas que compõem o regime de acumulação. Para Lipietz (1984) o conceito é “a estabilização, no longo prazo, da destinação do produto entre o consumo e a acumulação, implica uma correspondência entre a transformação das condições de produção e das condições da reprodução do trabalho assalariado”. Jonsson (1993- tradução nossa) adiciona ao termo a garantia dada pela estabilidade de longo prazo do produto, de tal forma que possa garantir as transformações das condições da produção e transformações das condições de consumo. Por fim, Boyer (1990, p.72) estabelece uma definição agregadora para regime de acumulação,

Como o conjunto das regularidades que garantem uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação do capital, isto é, que permite incorporar e desdobrar no tempo as distorções e os desequilíbrios que nascem permanentemente do próprio processo.

As definições ressaltam o caráter associativo do regime de acumulação. A sua formação depende, diretamente, das características do modo de produção e da definição das formas institucionais. Resultado indireto da luta de classe, sua estabilização só se concretiza se as metamorfoses sofridas pelo modo de regulação apresentarem-se coerentes com as cinco instituições básicas formadoras do sistema capitalista.

Composta pelos diversos modos de regulação observados na história econômica e sua evolução no tempo, haverá diferentes regimes de acumulação. Obedecendo a característica do sistema capitalista, a sucessão de instituições e normas estabelecidas formará um regime de acumulação novo, mas serão os elementos do anterior que contribuiram para a sua formação. Ainda que não haja qualquer possibilidade de retorno ao regime precedente, sua organização é fruto das formas institucionais já existentes, uma vez que essas mudanças pressupõem avanços tecnológicos, aumento da produtividade e aumento na disputa de classe, todas convergindo para mudanças no modo de regulação.

Debruçados sobre a evolução histórica das formas básicas do capitalismo, e na identificação dos modos de produção condizentes com o contexto histórico, os

regulacionistas identificam duas formas de regimes de acumulação: extensiva e intensiva. No primeiro ocorre um aumento da produção sem transformação do processo de trabalho, e no regime de acumulação intensivo, há alterações no processo produtivo e no processo de trabalho (LIPIETZ, 1984, p.81). Jonsson (1993) sintetiza a diferença entre os regimes e os coloca dependentes da forma de expansão da acumulação, se em escala crescente da produção ou com aumento da produtividade e com intensificação do trabalho e/ou da tecnologia. A distinção entre elas são observadas através da alocação de algumas variáveis no tempo, a saber: o comportamento da produção, do emprego, do capital, os níveis de investimento e o lucro (BOYER, 1990), estas serão responsáveis pela caracterização do regime de acumulação. E ao fim, formarão o que Lipietz (1984) chama de esquema de reprodução, pois é através destas variáveis que se torna possível observar a repartição do trabalho social entre os diferentes departamentos de produção, expondo os contornos de um regime de acumulação próprio a conjuntura socioeconômica.

O período de adoção da indústria como motor do crescimento econômico está definido dentro do período de 1820 até 1910. Período de acumulação extensiva e relação salarial concorrencial. O termo extensivo é por conta do crescimento e solidificação da indústria, e sua apropriação por todos os países com algum tipo de relação pré-capitalista. Este movimento expansivo só foi possível porque as relações entre capitalista/trabalhador mudaram, não no que tange aos salários que permaneciam regulados por uma associação concorrencial. Mas, sim porque o processo produtivo sofreu mudanças de grande envergadura tornando-se, progressivamente, automatizado. O desenvolvimento tecnológico promoveu o aparecimento de novos setores produtivos especializados em bens de capital, por exemplo.

É no pós - II Guerra Mundial até meados da década de 1970 que poderá ser observado o regime de acumulação intensivo, regulado por um consumo de massa. Aqui, o perfil industrial construído é muito distinto daquele do começo do século, há um considerável aumento da produtividade e do estoque de capital fixo. O fordismo é estabelecido, contundentemente, como uma articulação entre o processo de produção e o modo de consumo que instaura a produção em massa, chave da universalização do trabalho assalariado (AGLIETTA, 1979, p.94 – tradução nossa).

O período também é conhecido como de regulação monopolista de Estado (BOYER, 1990; 2009) porque, diferente do começo do século, há uma postura deliberada de ações governamentais que indicam a superação do uso de política econômica passiva, superando a concepção de livre mercado. Neste período, o Estado tem papel, relativamente, hegemônico e

assume o papel de mediador de interesses entre os capitalistas e os trabalhadores. No entanto, foram às mudanças que tocam diretamente os trabalhadores as mais acentuadas. A relação salarial não era mais fundamentada na minimização dos custos, percebeu-se que sua redução tem o efeito de restringir a demanda (CONCEIÇÃO, 1987). As ações estatais atendiam as reivindicações da classe trabalhadora, instituiu-se o Estado de Bem-Estar e todo um ambiente menos insalubres para o desenvolvimento do processo produtivo foi criado. O resultado foi um crescimento com altos níveis de lucro, o que levou o período a ser denominado de a Era de Ouro do Capitalismo.

Desta feita, o que determinará a estabilização de um regime de acumulação e assegurará a regulação do sistema capitalista serão as formas institucionais construídas ao fim de um dado período histórico. A luta de classe, variável definidora, imporá as transformações e, por fim, a assunção de uma nova forma de relação entre os agentes econômicos. A estabilidade dos níveis de lucro é o objetivo principal a ser alcançado através da manutenção do equilíbrio econômico, social e político mediante as diversas reformulações do capitalismo, conforme se desenvolva as disputas de classe.

2.3 MODO DE REGULAÇÃO

As relações de trabalho, de produção e a formação institucional são resultados direto das crises e da conseqüente evolução das demandas oriundas das relações sociais que compõem o modo de produção capitalista. A afirmação de um conjunto institucional dentro das relações socioeconômicos reflete de alguma forma, a disputa de classe dentro de um período histórico, o que o torna expressão de um sistema de organização e compatibilização das relações sociais, ou, nos termos da Escola da Regulação, de um "modo de regulação" (LIPIETZ, 1987). Estas instituições irão caracterizar o regime de acumulação e definir o tipo de relação entre os agentes econômicos, além de, determinar os níveis de lucro alcançados. Por conseguinte, há uma relação complementar entre o sistema econômico e as instituições, pois é a partir delas que será construído o ambiente propício para acumulação de capital e, conseqüentemente, também será o ambiente em que se desenvolverão as crises e as transformações sociais.

O modo de regulação está definido dentro do lado concreto das relações econômicas. Lipietz (1988) o define como um conjunto de regras interiorizadas e de procedimentos sociais, que incorpora aspectos socioeconômicos no comportamento individual. Boyer (2009) complementa a definição do termo, e o estabelece como resultado da conjunção de formas

institucionais que permitem a manutenção dos padrões de lucro e a estabilidade do regime de acumulação. O modo de regulação é o resultado de uma (re)organização das relações sociais em um dado momento histórico, no sentido de estabilizar as contradições e tensões políticas geradas pelo modo de produção. Mesmo após uma crise, a estrutura social irá reestruturar-se formando um novo modo de regulação e irá avançar no sentido de retomada dos lucros e dos níveis de acumulação de capital (CONCEIÇÃO, 1987).

O termo apresentado ainda de forma abstrata, já faz alusão à convergência de fatores sociais, apresentando-se como sistematizações parciais para definir o todo. O modo de regulação, portanto, é formado por instituições: leis, hábitos e costumes construídos para a reprodução da acumulação de capital, e é desta forma que as relações sociais definem o modo de produção (BOYER e SAILLARD, 2002). Estas mesmas instituições são produtos da luta de classe e dos instrumentos de reprodução do capital, ao mesmo tempo em que há crescimento estável das forças produtivas, os elementos desencadeadores das crises estarão sendo reproduzidos paralelamente. Portanto, as instituições também funcionam como o canal de transmissão das características contraditórias que suscitam as crises.

Lipietz (1987), afirma que o estado natural do sistema capitalista é quando ele encontra-se em crise, uma vez que os elementos que o formam concorrem para intensificar os seus componentes contraditórios. Entretanto, é notório que existem longos períodos de expansão do produto e do ritmo de crescimento, com estabilidade das lutas de classe. São essas fases que formam um dos questionamentos centrais desta escola: **quais são os mecanismos que garantem a viabilidade e a coerência do regime de acumulação?** (BOYER, 2009).

O regime de acumulação é dependente da forma com que o modo de regulação está estabelecido, da formação institucional e dos compromissos firmados entre capitalistas e trabalhadores, mediados pelo Estado. A garantia da estabilidade necessária para a reprodução do modo de regulação vem destes acordos entre [inter] classes, e estes compromissos determinam o padrão de industrialização, o modo de regulação e, conseqüentemente, o regime de acumulação (LIPIETZ, 1982).

A instituição que permite a estabilização das disputas de classe é o Estado que atua como intermediador destes conflitos, ainda que a sua construção seja resultado destas mesmas disputas. Aglietta (1990) e Boyer (1990) reconhecem esta “função” do Estado capitalista, e o responsabilizam por sua atuação como mediação dos interesses de classe, e pelos resultados nada imparciais desta intervenção. Esta interação entre política e economia dará o contorno definitivo às formas institucionais, e garantirá a autonomia necessária para

que as mudanças possam ser absorvidas pela sociedade. “Será essa interação multidisciplinar que assegurará a reprodução do sistema de maneira, relativamente, duradoura ou regulada” (CONCEIÇÃO, 2007).

As formas institucionais que darão forma ao modo de regulação estão divididas em cinco grandes grupos: relação salarial; forma e regime monetário; concorrência entre capitalistas e entre as esferas não-capitalistas; adesão ao regime internacional e o Estado. São essas manifestações que expressam de forma concreta as relações sociais (BOYER, 2009), as disputas de classe e o comportamento evolutivo do sistema capitalista. Por conseguinte, cada grupo irá expressar-se distintamente, de acordo com o contexto histórico, do contínuo desenvolvimento das instituições e da intensidade das disputas de classe, com mais ou menos predominância na conjuntura social e política.

As relações de trabalho, portanto, são formadas pelas disputas por maiores fatias de rendimentos. Uma vez que não existe produção sem um nível mínimo de trabalhadores empregados (BOYER, 1990), por mais mecanizado que seja o processo produtivo, esta relação não pode ser analisada, somente, do ponto de vista da produção de mercadoria. O delineamento das relações de trabalho deve ser observado numa perspectiva política, através da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida (AGLIETTA, 1989), ou da construção da rede de “benefícios” trabalhistas que darão ao trabalhador as condições de sobrevivência e de consumo, mesmo desempregado (AGLIETTA, 1979; BOYER, 1990; LIPIETZ;1984).

A grande transformação, no sentido econômico, das relações salariais está no reconhecimento de que elas afetam a demanda agregada (NOEL, 1987) e que um dos fatores que contribuíram para a crise de 1930 estava em associar o processo produtivo e os ajustes salariais. Por outro lado, as transformações no campo político e institucional organizam o trabalho - legislação, regulamentação de profissões, obrigações patronais, sindicatos etc. – o que, mais uma vez, garantirá um período de estabilidade ao regime de acumulação. Estas mudanças permitem ao trabalhador acesso ao mercado consumidor através dos ganhos monetários alcançados, e isto altera sociologicamente a forma como o trabalhador se observa no processo produtivo. Isto acontece muito por conta do crescente distanciamento entre as ‘classes’ e a ideologia do consumo individual trazido pelo fordismo e pelas mudanças no acesso ao crédito (JONSSON, 1993).

O sistema monetário aufere uma grande mudança no que se refere a sua complexidade e importância dentro do sistema capitalista. A ER identifica para cada regime de acumulação uma relação monetária distinta. A moeda deixa de ser vista, apenas, como um agregado

monetário ou uma relação contábil (CONCEIÇÃO, 2007), ou ainda um tipo particular de mercadoria. Mas, trata-se do resultado da interação do sistema econômico com os agentes que permite uma ampliação do modo de regulação incidindo diretamente nos níveis de acumulação. Para o caso do fordismo², este também é um período de inovações financeiras que facilitam o aumento do consumo pelos trabalhadores e expansão do investimento direto estrangeiro.

Para as indústrias europeias isso significou reconstrução de sua base produtiva através do desenvolvimento de tecnologia, o que possibilitou no fim dos anos 1960 serem capazes de concorrer igualmente com as firmas americanas (LIPIETZ, 1988). Mas esta reconfiguração de importância levou a uma maior vulnerabilidade das relações financeiras, por conta da saturação dos mercados centrais (LIPIETZ e LEBORGNE, 1988), do montante de capital circulante neste período. Boyer (1990) define como regime monetário o conjunto de regras que orientam a gestão do sistema de pagamentos e créditos. E será na figura do Estado, especificamente do Banco Central, que recairá a responsabilidade sobre a manutenção de um sistema monetário eficiente frente às necessidades de realização do capital.

Outro elemento que incide na formação do mercado de trabalho e, principalmente, do desenvolvimento das forças de mercado é a forma de concorrência entre as firmas. Esta característica do modo de regulação permite observar o processo de formação dos preços que corresponderá a uma configuração/tipo das relações entre os atores do mercado (BOYER, 1990). Desta forma, a análise dos meios de produção transcende o campo econômico, pois o desenvolvimento das instituições possibilita a identificação de formas de concorrência distintas uma das outras, no tempo e no espaço.

Regime de concorrência - prevaleceu ao longo do século XIX. Difere-se da concorrência perfeita por ser um processo permanente de ajuste que nunca converge para um preço de equilíbrio de longo prazo; [...] **O regime monopolista** - desenvolve-se após a II Guerra, pelo menos no que diz respeito aos bens industriais [...] gerando um mecanismo de formação de preços inteiramente diferente. Estabelece-se então, aplicada ao custo unitário de produção, uma taxa de margem calculada para garantir uma rentabilidade média do capital na totalidade do ciclo (mark-up). Como o preço não é mais a variável de ajuste acionam-se mecanismos de racionamento da procura pela oferta, e vice-versa. [...]. **E um regime de concorrência administrada** - é o caso do pós-guerra quando o volume da escassez e um quase pleno-emprego introduzem tensões inflacionárias em decorrência das interações preço/salário/preço. Nesse contexto, era frequente o Estado, no caso o ministro da Fazenda, implementar um procedimento de formação de preços

² Modo de regulação do período de 1945 até, meados, da década de 1970.

limitando a amplitude das margens e frequência dos reajustes de preços. (BOYER, 2009, p. 39-40).

Em todas as três formas institucionais analisadas até o momento, o elemento comum a todas elas é o Estado e sua crescente importância na mediação dos conflitos e no estabelecimento de outras instituições. Essa constatação faz desta instituição central na dinâmica econômica, pois consegue definir e estabelecer os critérios para tornar norma os anseios da classe trabalhadora e capitalista. Por essa característica agregadora, as desconexões do modo de produção capitalista estão refletidas na esfera estatal, o que não permite a dissociação entre Estado-nação/economia/ política, já que o Estado é o “‘produto’ dos conflitos inerentes às separações sociais, cuja regulação é aberta, parcial e inacabada” (CONCEIÇÃO, 1987). Embora sua “hegemonia” política e sua inserção preponderante na reprodução do capital não sejam constantes, variam conforme se desenvolva as formas institucionais e o ambiente econômico/político assim o exijam. E por isso, a última forma institucional: adesão ao regime internacional, só é possível através de um Estado-nação articulado internamente, e com objetivos definidos do que se almeja alcançar através do comércio mundial.

Em contraste com as teorias da economia pura, a teoria da regulação é incitada a tomar o Estado-nação como ponto de partida da análise. Na realidade, regime monetário, relação social e, em menor grau, forma de concorrência continuam a ser fortemente determinados no âmbito do espaço nacional, mesmo no período de uma interdependência crescente entre os Estados-nações (BOYER, 2009, p. 52).

O caráter não-universal do modo de produção, destacado por Lipietz (1988), permite a partir das relações construídas identificar uma diversidade de modos de regulação em um mesmo regime de acumulação. Contudo, com padrões de comportamento que permitem associar os diferentes modos de regulação a uma mesma fase evolutiva, admitindo as comparações necessárias para compreender o desenvolvimento do sistema capitalista mundial. É por esse princípio que Lipietz (1988) reconhece nos países subdesenvolvidos, em especial, os latino-americanos, a existência de um fordismo periférico com uma industrialização tardia, pressupondo a existência de fontes de financiamento internacional. Coriat e Sabóia (1988) reconhecem no Brasil a existência de uma “fordização pelo alto”, e justificam o termo pelo fato de não ter havido incorporação dos ganhos de produtividade na determinação dos níveis de salário real, além de toda a legislação sindical apontar para uma

forte presença do Estado nas questões que tocam, exclusivamente, a organização do trabalhador. A alunha de fordismo ao período da industrialização até o Milagre incorre em erro de conceituação, já que a mudança na composição dos salários é que permitirão o acesso dos trabalhadores aos bens de consumo duráveis, no máximo pode ser determinado como “fordização pelo alto” e forçada (CORIAT E SABÓIA, 1988).

Oriundas dos conflitos velados ou daqueles já evidentes, as instituições reiteram os desequilíbrios do capitalismo, e abrem a possibilidade para que suas grandes crises se desenvolvam. A regulação do processo produtivo é contínua e a capitalização das relações sociais propicia uma nova interpretação do desenvolvimento capitalista a partir do marco histórico particular aos países. Desta forma, as crises são, cada vez mais, internacionalizadas e reflexivas das formações socioeconômicas e políticas, tendo a disputa de classe é o elemento chave para sua inicial compreensão.

2.4 A ANÁLISE DAS CRISES A PARTIR DA TEORIA DA REGULAÇÃO

A partir dos conceitos construídos após a observação do comportamento da sociedade capitalista dos EUA, a Escola da Regulação analisa o desenvolvimento das crises e o comportamento das formas institucionais frente ao acirramento da luta de classe. As formações socioeconômicas respondem adequando-se as novas imposições da disputa por uma fração maior da renda. Dessa forma, não é coerente analisá-las a partir de uma ótica única, sob o risco de incorrer em generalizações equivocadas.

É por conta desse recorte analítico que a ER terá restrições quanto a composição do conceito pré-determinado de crise, a proposta construída por Kondratieff³ e suas ondas longas. Segundo este autor, as crises ocorrem de tempos em tempos, por conta das flutuações nos níveis das variáveis macroeconômicas que afetarão diretamente a produção e, conseqüentemente, os níveis de acumulação (KONDRATIEFF, 1935). De acordo com sua filiação marxista, a Escola da Regulação assume a endogeneidade dos fatores desencadeadores das crises, mas vai de encontro a esta análise pré-definida que a teoria dos ciclos sugere. Não só o sistema capitalista não tem o seu comportamento definido por ciclos, como o modo de produção é resultado da interação e, principalmente, do endurecimento das lutas de classe (AGLIETTA, 1979), é também reflexo da evolução no tempo e no espaço das dinâmicas econômicas e sociais (BOYER, 1990). O elemento investigado pela ER apresenta-

³ No capítulo seguinte será feita uma discussão mais aprofundada acerca dos ciclos de Kondratieff.

se, portanto, muito mais complexo, pois, trata-se de examinar os elementos que possam vir a garantir a regulação do sistema e o mantém em períodos de crescimento.

Somam-se ao argumento o fato de que o desenvolvimento capitalista não é equânime. Os países refletem formas diferentes de acumulação de capital com, mais ou menos, participação do Estado, em níveis diferentes de abertura econômica e principalmente, estão inseridos de forma distinta no comércio internacional. O que torna condição central para que sejam contagiados, em menor ou maior medida, pois, cada sociedade tem a crise e a conjuntura de sua estrutura produtiva (Boyer, 1990). Desta feita, apesar da ER e as ondas longas de Kondratieff admitirem que o sistema capitalista desenvolva as condições para a manifestação das crises, as análises distanciam-se por colocarem como princípio desencadeador elementos distintos. Para a ER o motivo está, fundamentalmente, ligado ao limite alcançado pelas formas institucionais que compõem o sistema produtivo, já para Kondratieff o período de crise está pré-determinado, e a superação de estágios levará a momentos de instabilidade e de mudanças na composição das instituições.

O eixo desencadeante das crises está colocado na disputa de classe, e isto, também, sugere um processo contínuo de transformação e reformas no capitalismo. Esta possibilidade de mutação justifica a rejeição de um pressuposto do marxismo tradicional, em que dada uma grande crise do modo de produção e a intensificação da luta de classe a economia capitalista caminhará para um desfecho socialista. É justamente por causa das instituições terem essa característica de adequação as novas configurações econômicas e políticas que o capitalismo não “acabará”, ou seja, “não guarda os germes de sua destruição”. Embora, detenha os instrumentos para a adequação ao meio em que estão inseridos e as novas necessidades geradas pela evolução das relações econômicas e sociais. Ocorrerá crise porque as instituições que formam o modo de desenvolvimento chegaram ao seu limite, não conseguem mais comportar a regularidade do sistema, nem a estabilidade da reprodução social (BOYER, 1990; AGLIETTA, 1979).

As mudanças advindas das relações socioeconômicas não serão compatíveis com o modo de regulação e o regime de acumulação em vigor (LIPIETZ, 1984), desenvolvem-se as crises e explica-se assim, o seu caráter endógeno. Os mesmos fatores que dão origem à coerência de uma determinada arquitetura socioeconômica podem levar a tendências de alteração das diversas formas institucionais, resultando, a prazo, em uma crise (BOYER, 2009). A partir do conceito evolutivo das relações econômicas, a interpretação das sucessivas crises permite identificar suas características distintas, e afirmar que elas não são parecidas, justamente por não haver mais as mesmas condições institucionais que a formaram.

O que definirá a forma de desenvolvimento são as características que o modo de regulação e o regime de acumulação adquirem no decorrer das disputas de classe, sua coerência determina o crescimento econômico e a reprodução das instituições. Na primeira crise analisada, a crise da demanda efetiva, esse pressuposto da ER já não era mais atendido desde a segunda metade da década de 1920 e o seu desfecho foi na Grande Depressão de 1929, um novo regime encontrava-se limitado por formas de regulação “caducas” (LIPIETZ, 1984).

O período compreendido entre 1820 e 1910 trata-se da fase de assentamento das bases industriais. As forças produtivas na primeira metade do século XX estavam baseadas em um regime de acumulação extensivo, período de exportação do modelo capitalista de produção para além das fronteiras europeias. Esta ampliação⁴ se refere tanto a relações de mercado, quanto as técnicas de produção e a intensidade do trabalho, novos ramos econômicos passam a adotar técnicas de manufatura e, após, a I Guerra observa-se um crescimento produtivo intenso, que não é acompanhado pelas relações salariais.

A organização do trabalho fundamenta-se no taylorismo, onde sua principal característica está na separação entre a concepção do bem e sua produção. É possível definir como o conjunto das relações de produção internas ao processo de trabalho que tendem a acelerar o ritmo da produção e reduzir a inatividade dos postos de trabalho (AGLIETTA, 1979, p.91- tradução nossa). Seu fundamento está no princípio mecânico, o trabalho torna-se mais especializado e segmentado: produz-se mais e mais rápido.

Apesar desse ganho de produtividade, a relação salarial estava definida de forma concorrencial, isto é, os salários são regulados pela lei de oferta e demanda por mão de obra. Os salários são mantidos em níveis de subsistência não acompanham a expansão da produção, seguiam a orientação teórica fundamentada nos pressupostos do *laissez-faire*: a oferta de bens era responsável pela geração de sua demanda. Portanto, subentende-se que os ajustes maximizadores de lucro serão alcançados para qualquer nível dos preços e emprego. Está formado o cenário para o aumento contínuo da produção, a crise de 1929 está caracterizada, portanto, como de superprodução ou de demanda.

No entanto, ainda mais importantes são as formas como se desenvolveram o regime de acumulação e o modo de regulação que culminaram em uma relação incoerente. A expansão

⁴ É importante ressaltar as transformações institucionais que já se apresentam e a relação de mercado, uma das cinco instituições formadoras do capitalismo, é onde se apresenta as primeiras mudanças. Todas as outras alteram-se gradativamente, apenas, as relações salariais se mantêm inalteradas.

da produção exige um crescimento contínuo do consumo⁵, acompanhado pelos níveis salariais e, em última instância, pelos níveis de investimento. Por outro lado, a intensificação de um modelo de desenvolvimento centrado na indústria, aumenta o êxodo rural e a pobreza nas duas localidades, o que manifesta a necessidade de investimentos em outros setores econômicos, além da regulamentação da nova forma de trabalho.

Há um movimento em direção às cidades que provoca mudanças nas relações sociais, não mais compatíveis com o desenvolvimento extensivo. O alto nível de produção não é compatível com uma relação salarial de subsistência, o produto precisava de um destino. As transformações nas instituições a partir da crise de 1929 tiveram como objetivo central o retorno da lucratividade. As firmas funcionam de acordo com o **regime de acumulação intensivo**, o alto nível de produtividade do capital garante uma crescente expansão do produto, bem como a inserção na sociedade de uma “cultura” de consumo de massa. Este regime caracteriza-se pelo fato de que a classe capitalista tenta gerir a reprodução global da força de trabalho assalariada através do gerenciamento da relação de produção e comercial (AGLIETTA, 1979). A mudança no padrão de consumo é garantida pela mudança no padrão salarial, há um ganho de poder de compra significativo.

A principal mudança estava no regime de acumulação, o processo produtivo agora era composto por uma relação salarial que garantia um nível de consumo compatível com os níveis produtivos. Os trabalhadores conquistam alguns “benefícios” sociais e distanciam-se, gradativamente, da figura do proletariado construído pela análise marxista clássica.

A estratificação do trabalho assalariado, não é uma divisão simples de acordo com um só princípio. É mais, é uma sobreposição de processos, que sem dúvida derivam das tendências fundamentais estudadas na ótica da formação e das transformações das relações de produção capitalista no processo de trabalho, por um lado, e da formação e evolução da norma social de consumo, por outro (AGLIETTA, 1979, p. 146 – Tradução nossa).

Portanto, a relação salarial não é mais de subsistência, transforma-se para dar condições de consumo aos trabalhadores e garantir acesso à compra, principalmente, de casas e de automóveis, a produção desses bens constitui um processo complexo e central do desenvolvimento deste modo de consumo (AGLIETTA, 1979). O Estado assume a figura de mediador das relações de classe, embora isso não signifique que houvesse uma inclinação para assegurar maior controle dos meios de produção por parte dos trabalhadores. O papel

⁵ Análise keynesiana da crise: o consumo depende da renda da sociedade, logo, do nível de emprego.

central do Estado reflete a conjuntura do momento, a memória da crise de 1929 e toda a desregulamentação da época são muito recentes, bem como, as consequências dessa opção no trato econômico. É construída toda uma rede de segurança que possibilite o acesso do trabalhador ao consumo, mesmo desempregado (AGLIETTA, 1979). Além do papel de mediador do conflito de classe, o Estado passa a intervir no desenvolvimento do processo produtivo e induzi-lo.

Entretanto, embora esteja sendo garantidas todas as formas de estímulo à demanda, as mudanças nas formas institucionais não foram suficientes para impedir o questionamento acerca do modelo de desenvolvimento adotado. A forma de produção extenuava os trabalhadores, além do que, a ida das firmas para o terceiro mundo propiciava aumento na taxa de lucro, mas não os dava garantia de consumo. Uma série de greves gerais desenvolve-se na Europa e o modelo fordista de desenvolvimento, paralelamente, passa a apresentar adversidades (BOYER, 1990). A crise não começou por “saturação” da demanda, pois enquanto houvesse poder aquisitivo distribuído, a demanda permanece ilimitada (LIPIETZ, 1991). Visivelmente, poderia se indicar o desenvolvimento de uma crise do regime de acumulação, pois além de compreender o porquê da queda na taxa de lucro, os regulacionistas debruçaram-se em compreender um fenômeno novo: a estagflação. “A *crise atual* é interpretada como divergência entre normas de consumo e de produção, sendo a *inflação* a sua forma particular e aparece como uma tentativa de adiar estes desequilíbrios” (BOYER, 1999).

Lipietz (1991) define este período como uma crise que se apresenta no lado da oferta. O fim do período de hegemonia estadunidense tinha chegado com o retorno das empresas europeias ao mercado competitivo. A reestruturação destas firmas, inclusive tecnologicamente, as colocava na disputa pelo mercado consumidor internacional. Este argumento nos dá uma segunda justificativa para a crise do fordismo: a crescente internacionalização da produção através da fabricação dos produtos nos países subdesenvolvidos e dá não inclusão dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos na dinâmica consumista (CORIAT e SABÓIA, 1988). Entretanto, a crise ainda pode ser justificada através do aumento da composição orgânica do capital, que reduzia a taxa de lucro e dificultava a realização da produção (LIPIETZ, 1984). Além dos dois choques do petróleo, 1973 e 1979, evento que afeta diretamente a lucratividade das firmas e demonstrava a forte dependência a esta matéria-prima.

O fim deste período é marcado por uma virada ideológica em direção ao liberalismo econômico, inclusive, metodologicamente. A importância das instituições financeiras

sobrepõe-se ao capital industrial, o Estado keynesiano perde força e o trabalhador garantias social. A justificativa para a crise dada pelo *mainstream* econômico responsabilizava o Estado, os gastos com a manutenção das políticas de assistência social, por um lado, e os trabalhadores pela queda no lucro (ANDRE, 2002), além do aumento da inflação, por outro.

As proposições da ER para a saída da crise do fordismo caminhavam para um acordo de classes, o elemento necessário para a superação deste período de instabilidade só se daria por meio de uma cooperação entre elas (BRAGA, 2003). As propostas de solução retornavam ao início do século XX, e ideologicamente recuperavam o (neo)liberalismo econômico.

[...] está reduzida à fria necessidade da ordem das coisas. Desregulamentação, livre comércio, mudança tecnológica se impõem. Para que é indispensável o livre comércio? Para modernizar o aparelho produtivo. Para que modernizar o aparelho produtivo? Para enfrentar a competição internacional. Em resumo: acumulem, acumulem, esta é a doutrina (LIPIETZ, 1991).

A orientação para o acúmulo de capital dava-se através do impulso tecnológico que o período sugeria um novo paradigma socioeconômico com um novo regime de acumulação para a década de 1980 (JONSSON, 1993). A Escola da Regulação começa a distanciar-se do marxismo que a formou, e passa a definir capitalismo de mercado com princípios renovados de solidariedade (AGLIETTA, *apud* Braga, 2003).

Os elementos encontrados na análise regulacionista permite compreender a complexidade das formas que o sistema capitalista assume no decorrer das disputas de classe, e na reprodução deste modo de desenvolvimento. Por conseguinte, as singularidades constitutivas do regime de acumulação e do modo de regulação também são identificados pela escola da Estrutura Social de Acumulação, com ênfase institucional, distingue as instituições base que permitem a reprodução do modo de desenvolvimento capitalista. Esta escola é o objeto de estudo do próximo capítulo.

3. ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO

Este capítulo objetiva estudar a construção do conceito de Estrutura Social de Acumulação e de sua aplicação na análise das crises que atravessam o capitalismo contemporâneo. Partindo da análise do comportamento da economia estadunidense, estes autores ampliam suas percepções para o capitalismo mundial ao assumirem, parcialmente, as reflexões dos ciclos de Kondratieff. A importância das instituições na solidificação do processo produtivo e a análise histórica permitem identificar a base institucional que reproduz o sistema capitalista, com estabilidade no conflito de classe e crescimento no acúmulo de capital.

3.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO

O conceito de Estrutura Social de Acumulação (SSA)⁶ foi desenvolvido por David Gordon et.al (1982)⁷ a partir das análises feitas para entender as causas da crise da década de 1970 nos EUA. Percebeu-se que as instituições contribuíam, fortemente, para a reprodução do sistema capitalista e para a manutenção, ou não, de certo nível de acumulação de capital. As instituições que “marcam” o período histórico formam um conjunto institucional que refletem a fase, na qual, se encontra o desenvolvimento capitalista e contribuem para o controle dos conflitos de classe, propiciando a estabilidade necessária para a acumulação de capital. Portanto, a análise do sistema capitalista e da sociedade à luz da teoria desenvolvida pela escola da SSA, deve ser feita considerando o conjunto institucional, os níveis de acumulação de capital e o momento histórico, em especial, os conflitos de classe.

A partir desses elementos balizadores, o conceito de estrutura social de acumulação é definido como o conjunto de instituições que incidem sobre o processo de acumulação. Algumas instituições tem um impacto geral, outras relacionam-se sobre uma fase específica do processo, mas sempre ajudando a manter os níveis de acumulação e de reprodução do capital estável e contínuo (GORDON, 1994). Kotz (1994) define SSA como a estrutura de acumulação capaz de estabilizar, mas não eliminar, o conflito de classe e a competição intercapitalista. Cada SSA é composta por instituições, sendo possível percebê-las de forma

⁶ Sigla referente ao termo em inglês Social Structure of Accumulation.

⁷ O trabalho que “inaugura” esta escola do pensamento econômico é o GORDON, D; EDWARDS, R; REICH, M. **Segmented Work, Divided workers**. Cambridge University Press, 1982.

mais desagregada através dos hábitos, costumes e da cultura. Mas também, é possível vê-las condensadas em entidades representativas da organização da sociedade, como as universidades e as empresas (LIPPIT, 2006). Além de, percebê-las nas instituições que formam a sociedade civil organizada, pois trata-se da organização autônoma dos trabalhadores, com articulação suficiente para interferir no conjunto de medidas políticas e econômicas tomadas pelo Estado. É o caso dos diversos movimentos de luta pela terra, por moradia, por direitos humanos, além, é claro, das instituições econômicas.

A teoria da estrutura social de acumulação é elaborada a partir dos desdobramentos dos conflitos sociais, portanto, da análise das instituições daí resultantes. Não há como não reconhecer em Marx uma de suas bases teórica. As reflexões são feitas a partir do materialismo histórico, reconhecendo nos conflitos de classe, nas contradições endógenas do capitalismo e na submissão do trabalho ao capital os elementos chave para a construção e colapso de uma SSA. Ainda estão agregados elementos keynesianos, reconhecendo que as decisões de investimento são feitas a partir das expectativas de retorno, embora não seja admitido o problema da demanda efetiva como desencadeador das crises. (GORDON et. al, 2006). A escola institucionalista também tem uma forte influência no desenvolvimento teórico do conceito de estrutura social de acumulação. A SSA assume as instituições base como o elemento que definirá o conjunto institucional que propiciará o rápido e sustentável acúmulo de capital, através da estabilização do conflito de classe. Ainda no que se refere a sua influência teórica, a escola da SSA reconhece que o capitalismo se desenvolve através de longos ciclos de crescimento, recuperando a análise feita por Kondratieff em 1935 sobre as características do capitalismo. As ondas longas podem ser observadas através das instituições da SSA que são reconstruídas a cada grande crise vivenciada no capitalismo.

Como a SSA é uma formação social, dado o caráter de suas instituições, pode-se afirmar que a estrutura institucional, irá retratar o processo evolutivo pela qual está passando. Deste ponto são passíveis três conclusões prévias: o tempo de transformação e/ou superação de algumas instituições é, relativamente, longo; os indivíduos estão em contínua influência dos diversos meios de formação ideológica e há uma relação mútua entre as instituições, pois ao mesmo tempo em que forma, são continuamente formadas pela sociedade (GORDON, 1994; KOTZ 1994). Assim sendo, não é possível falar em uma SSA universal e nem assumir como padrão a análise desenvolvida para um país em questão, mesmo com a existência de traços comuns.

Se as SSA são reflexos da sociedade, as instituições que a compõem também o são e relacionam-se devido ao seu processo de construção, baseado na disputa de classe e na

organização de condições econômicas para o aumento da velocidade de acumulação de capital. A vista disso, não há instituição formada isoladamente, mas sim em conjunto conforme se dê o desenvolvimento social. Esta interdependência das instituições é refletida na composição da SSA, o movimento de uma entidade afetando o desenvolvimento das demais (GORDON, 1994) e gerando a possibilidade de crises econômicas.

O processo de acumulação de capital contém a tendência à crise (subconsumo, aumento da composição orgânica do capital etc) que eventualmente, transforma-se em uma crise séria. Assim, a estrutura social de acumulação entra em colapso porque os recursos para a sua manutenção acabam e, dada a estagnação, os conflitos de classe e as pressões sociais aumentam (KOTZ, 1994, p. 120 - tradução nossa).

O comportamento institucional de profunda integração permite que os eventos que venham a causar algum tipo de instabilidade possam ser transmitidos as demais instituições, o que pode levar, a depender da magnitude da crise econômica, a comprometer a SSA, iniciando um período de forte recessão e transformação institucional. Como a SSA é a agregação das instituições, inclusive a econômica, em um contexto de crise o processo produtivo e a acumulação de capital também estarão ameaçados, porque ambos estão contidos na estrutura social de acumulação (DIEBOLD, 2002, tradução nossa), inclusive, os níveis de lucratividade estarão ameaçados.

A SSA reflete o perfil da sociedade em estudo, define o processo produtivo, retrata o alinhamento ideológico e, principalmente, irá condicionar e acomodar a acumulação de capital de forma que os níveis de lucro possam ser mantidos elevados, pois cada fase do circuito do capital é dependente da SSA (GORDON *apud* KOTZ (2006)). A apropriação da mais-valia pelo capitalista difere conforme a intensidade do trabalho e a intensidade da luta de classe, determinando o nível de reinvestimento do capital e definindo o perfil da SSA.

A SSA irá definir o investimento na produção ou a acumulação do capital pelo capitalista, será este movimento que melhor explicará as longas oscilações na acumulação de capital. É acrescentado ainda que a criação de novas estruturas institucionais são feitas com o objetivo de aumentar o acúmulo de capital (KOTZ, 2006, p.53 - tradução nossa).

Lippit (2006) reconhece nas instituições o objeto de estudo da SSA, pois é através do arranjo institucional que se sustenta a acumulação de capital e se define o período de crescimento econômico. Kotz (1994) ainda acrescenta que as oscilações entre as fases de ascensão e estagnação podem ser explicadas pela criação e colapso das instituições

promotoras do crescimento. A mudança de orientação econômica de uma economia agrária pré-capitalista, para uma estrutura urbana e industrial, por exemplo, é marcada por um longo período de conflitos de classe e de mudanças na sociedade para solidificação e “naturalização” das instituições capitalistas, objetos de estudo desta escola do pensamento econômico. O processo de transformação demora algumas décadas para que seja completado, pois há ainda uma parcela da sociedade que resistirá às mudanças na SSA já que a estrutura anterior garantia uma taxa de retorno considerável. Enquanto não houver um relativo “consenso” entre os diversos interesses, o país continuará na fase recessiva da onda longa, através deste argumento, explicam-se, assim as duas fases no ciclo de crescimento.

Como neste campo há um processo contínuo de interferências e transformações, as SSA seguem mudando, na mesma linha evolutiva da sociedade que ela representa. Por conta dessa característica evolutiva, as SSA não são passíveis de retrocesso (DEIBOLT, 2006), justamente porque, a economia capitalista está em constante tentativa de aumentar a produtividade, e não o contrário. As formas anteriores da SSA garantiriam uma acumulação de capital menor e mais lenta, do que é possível atualmente, por isso foram superadas e novas instituições foram criadas. Embora, em um período de crise as novas instituições que possibilitam a estabilidade das relações sociais, não necessariamente, garantirão taxas de lucro maiores, mas apenas a estabilização dos conflitos. E ainda nesse sentido, a consolidação das instituições é precedida da alteração dos hábitos e costumes da sociedade, o que impede o retorno a uma SSA anterior.

Esse processo de mudanças socioeconômicas é um período complexo e de intensa disputa, e não há como analisar, individualmente, cada instituição desenvolvida em um período de crise sem considerar todo o contexto histórico. Cada instituição está sujeita a contínuas transformações e influências externas que afetam diretamente o processo produtivo, é o que Kotz (1994) identifica como a integridade estrutural da SSA. A partir da constatação desta característica, Lippit (2006) desenvolve o conceito de sobredeterminação⁸, e a define como uma relação mútua entre as instituições que permite a incorporação de elementos umas das outras e das forças sociais que interagem na sociedade. Individualmente, as instituições não conseguem definir o perfil do processo produtivo estabelecendo um método regular e ascendente de acumulação, mas sua relação agregada favorece ao lucro e a formação de uma organização institucional. Embora, nem toda a estrutura institucional se converta em uma estrutura social de acumulação.

⁸ É o que Gordon (1994) já havia destacado como uma relação mútua, mas não tinha definido o termo.

Portanto, o que irá distinguir uma estrutura institucional de uma estrutura social de acumulação? Os níveis crescentes e sustentáveis de lucro e de acumulação do capital (GORDON et.al., 1994; WOLFSON, 2006). Há formações institucionais que apenas contribuem para a estabilização dos conflitos de classe, mas que não são representativas de uma fase ascendente do capitalismo⁹. É do ambiente de acumulação que são identificadas aquelas instituições que irão determinar o perfil da SSA e a velocidade de acumulação de capital, pré-requisitos que devem ser estáveis para atender ao objetivo de crescimento da acumulação de capital. Gordon et.al. (1994) identifica quatro grupos de instituições que são fundamentais para que a SSA cumpra seu papel de estabilizar o conflito de classe e a competição intercapitalistas, possibilitando uma boa previsão da taxa de retorno.

Gordon (1994) reconhece as firmas como os agentes de acumulação determinantes da SSA. Estão diretamente envolvidos na forma de organização do processo produtivo e da construção institucional que ordena o papel do trabalhador na produção. O objetivo é reduzir as possibilidades de conflito e garantir a viabilidade de previsão dos retornos esperados.

De forma complementar à SSA anteriormente, e já avançando no sentido de analisar as instituições de forma agregada, o segundo determinante da SSA chamado por Gordon et.al. (1994) de motores da acumulação referem-se às formas de concorrências estabelecidas e a luta de classe. A primeira dispõe as firmas de acordo com sua eficiência e capacidade de expansão, como a tendência da firma é reduzir o seus custos de produção para tornar-se mais concorrente. Por fim, a influência da luta de classe na acumulação de capital evidencia a constante disputa entre os dois principais fatores de produção do capitalismo: capital e trabalho. Será na correlação de força que serão construídas as instituições que melhor representarão o domínio de uma classe sobre a outra (e essa configuração nunca foi favorável ao trabalhador, no sentido de conseguir definir o processo produtivo) o que interessa a SSA é a intensidade desse conflito e seus desdobramentos sobre os níveis e a velocidade de acumulação de capital.

Na verdade, os dois componentes que determinam a SSA, a encaminham para a instabilidade, e podem vir a provocar crises. Dessa forma, garantir uma estrutura de acumulação que seja adequada ao desenvolvimento das forças produtivas, controlando a competição intercapitalista e a luta de classe garante a estabilidade necessária para que haja uma acumulação de capital crescente. Isto é o que irá garantir a formação de uma estrutura

⁹ Wolfson (2006) reconhece o neoliberalismo como uma estrutura institucional, entretanto não é condizente com a definição de estrutura social de acumulação devido aos níveis observados da taxa de lucro para o período.

social de acumulação, com reprodução do modo de produção e assimilação de novos hábitos e costumes por parte da sociedade.

A garantia desses dois determinantes de acumulação permite uma reprodução estável e contínua das forças produtivas, além de reafirmar o domínio do capital sobre o trabalho. Mas, dado o aumento da produção, crescem as dificuldades de sua realização e as chances de desenvolvimento das crises são maiores. O elemento de ligação e requisito para uma acumulação de capital, tanto entre os diversos setores quanto em nível de acumulação internacional é a moeda, que cumpre sua função de meio de troca e possibilita uma maior velocidade de circulação das mercadorias. Seja como padrão ouro ou com o dólar estadunidense como reserva internacional, o desenvolvimento do capitalismo conseguiu impor um sistema monetário através deste equivalente universal que, mediante a confiança das instituições, fora capaz de aumentar os níveis de acumulação. Isto não é condição para que fosse eliminado a instabilidade do sistema econômico, pelo contrário, o aperfeiçoamento das instituições monetárias foi feito mediante uma série de regulamentações, via Bretton Woods em 1945. Mas, as posteriores desregulamentações, a partir de 1973, que provocaram um aumento da vulnerabilidade dos países e das instituições financeira. Mais uma vez, garantir que o sistema monetário funcione com estabilidade permite que haja um contínuo processo de acumulação de capital (GORDON et al, 1994).

Por fim, um último determinante que garante a constância da acumulação de capital e a inserção do país na dinâmica da economia mundial é o Estado, que financia, em alguma medida, o desenvolvimento das instituições capitalistas e, por outro lado, ajuda a conter a luta de classe em favor, claro, do capitalista. A leitura feita por esta escola da participação do Estado no sistema econômico aproxima-se da definição do marxismo tradicional, trata-se da representação da classe capitalista (MARX, 1996). Será esta instituição que desenvolverá e implementará as instituições que darão o suporte para o acúmulo de capital: de garantias constitucionais a propriedade privada até as políticas de bem-estar social para regulamentação do trabalho são construídas a partir da barganha entre as classes, mediadas pelo Estado. Deste modo, o Estado que estabelece e promove as instituições que apoiam a acumulação de capital, assume-se como moderador da luta de classe em favor do capital.

O funcionamento dos determinantes da SSA é condição necessária e suficiente para que haja uma acumulação de capital contínua e estável e, portanto, a manutenção da fase de crescimento da ciclo. Embora o poder de influência, por parte dos capitalistas sejam distintos, dentro do Estado, a SSA continuará com expressivo crescimento enquanto houver um número significativo de capitalistas tendo acesso a essas instituições, (GORDON, 1994, tradução

nossa, p.23), será possível acumular capital numa velocidade considerável e controlar os conflitos sociais.

3.2 DAS ONDAS LONGAS DE KONDRATIEFF A ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO

Um componente importante da análise das crises econômicas e da composição de cada estrutura social de acumulação é o reconhecimento, por parte desta escola, da existência de oscilações cíclicas que caracterizam o sistema capitalista. Os autores reconhecem nos estudos elaborados por Kondratieff (1935) a existência de fases alternadas de ascensão e depressão econômica que influenciarão, significativamente, nos níveis de acumulação de capital.

A partir da análise de cinco variáveis econômicas (nível de preços por atacado, taxa de juros, salário, comércio internacional, além da produção e consumo de ferro gusa e carvão) para a Inglaterra do século XVIII até meados do século XX, Kondratieff (1935) consegue identificar movimentos cíclicos e relacioná-los com as características do desenvolvimento capitalista à época. Portanto, as ondas longas por ele identificadas referem-se a uma observação empírica, via métodos estatísticos, de uma propriedade do sistema capitalista que não deve ser desprezada.

Como característica que é, as ondas longas apresentam-se em toda sociedade que tenha o capitalismo como modo de produção dominante. Essas instabilidades apresentam regularidades, ou seja, são flutuações similares e simultâneas que se sucedem ao longo dos desdobramentos do processo produtivo (KONDRATIEFF, 1935). Em média, um ciclo completo tem 50 anos de duração. Sendo que, cada fase dura, em torno, de 25 anos, períodos marcados por profundas mudanças extra-econômicas que permitem uma reconfiguração do sistema capitalista e da sociedade, mas que não são elementos causadores das ondas longas, mas sim parte do desenvolvimento delas (KONDRATIEFF, 1935).

Ainda no sentido de entender a natureza dos ciclos de ondas longas, o autor utiliza dos desdobramentos das variáveis econômicas em análise, para identificar alguns componentes do sistema capitalista. Três desses componentes mais fundamentais estão no progresso técnico, nos movimentos sociais e na guerra. O desenvolvimento econômico contínuo e a evolução do sistema produtivo requerem que os meios de produção sejam aperfeiçoados e que afetem, positivamente, os níveis e a velocidade de produção. Mudanças nas técnicas sugerem que as invenções e descobertas tenham relevância técnica-científica e que as mudanças sejam viáveis economicamente (KONDRATIEFF, 1935). O autor relaciona este período de intensa

elaboração tecnológica ao período recessivo do ciclo econômico, justamente, por esta fase exigir medidas que levem a economia a retomar a acumulação de capital estável, com posterior crescimento. Assim sendo, a tecnologia é um componente do capitalismo e influencia o comportamento da onda longa, principalmente, quando está encontra-se na fase recessiva. Isso não significa afirmar que só existem inovações tecnológicas quando a economia apresenta queda nos níveis de lucratividade, pelo contrário, o progresso técnico é constante, mas só irá tornar-se meio de produção dominante quando a tecnologia anterior não apresentar retornos crescentes.

Além das mudanças técnicas, as guerras e os movimentos sociais são partes das ondas longas, componentes que conseguem influenciar os níveis de acumulação. Kondratieff (1935) argumenta que ambos, guerras e revoluções, são originários de situações reais, principalmente, econômicas, portanto, não há como colocá-las como causa dos ciclos. O autor ainda percebe que as principais revoluções e guerras ocorridas nos 140 anos de análise estatística ocorreram com regularidade e nas fases de crescimento econômico, logo, na fase ascendente do ciclo. Isto porque a intensidade maior de acúmulo de capital, a busca por novos mercados e matéria-prima intensifica os conflitos entre classes e, também, dentro das classes.

O método utilizado por Kondratieff (1935) é, predominantemente, o dedutivo, mas ele não descarta o uso do materialismo histórico, relacionando o desenvolvimento econômico e social, para chegar à mesma conclusão, confirmando a hipótese das ondas longas. É a partir deste método que a escola da Estrutura Social de Acumulação expõe suas análises acerca do desenvolvimento capitalista, mas concentrando sua pesquisa muito mais, nas influências políticas, ideológicas e culturais que estão no coração do crescimento econômico das crises (KOTZ et.al, 1994).

A ligação entre a SSA e as oscilações de Kondratieff está nas instituições, embora Kondratieff não seja institucionalista e não dê ênfase a estas variáveis em sua análise. O elo entre o teórico russo e a escola ocorre porque esta última reconhece o papel da base institucional na estabilidade do sistema, e quando a estrutura institucional não consegue mais garantir a estabilidade da acumulação do capital, desencadeiam-se as crises. As variações na taxa de acumulação causam as oscilações longas na atividade socioeconômica, afetando a SSA, as instituições que a compõem submetem-se ao ciclo de vida que esta relacionado às mudanças na atividade econômica por conta das ondas longas (REICH, 1994).

Influenciada diretamente pela interpretação inicial de Kondratieff, a escola da SSA reconhece a existência de estágios do capitalismo, percebe os diferentes níveis de desenvolvimento e formação social, além do papel central do conflito de classe na formação

econômica. Longe do determinismo que este movimento possa sugerir, a escola da Estrutura Social de Acumulação reconhece essas fases como movimentos cíclicos, mas não como períodos pré-determinados de crescimento ou recessão e, sim, como consequências das disputas sociais.

Com o tempo, os defensores da SSA distanciaram-se das influências marxistas que deixaram de ser predominantes em suas análises, optando por utilizar do referencial keynesiano para compreender os desdobramentos da crise. Talvez por isso, e por reconhecer uma regularidade nas ondas de Kondratieff, a escola da SSA, paulatinamente, distanciou-se do termo ondas longas de crescimento, e adotaram a definição de longas oscilações. Isto era para transmitir a ideia alternância de longos períodos de rápido crescimento e estagnação, mas sem a regularidade cíclica sugerida pelo termo ondas longa (KOTZ, 1994). A interpretação do desenvolvimento capitalista, portanto, tem semelhança à feita por Kondratieff, mas a diferença está em reconhecer no conflito de classe e na base institucional os elementos responsáveis pela mudança de sentido dos ciclos de crescimento.

3.3 CICLOS REPRODUTIVOS E NÃO REPRODUTIVOS

Acumulação de capital é um movimento que é restrito ao sistema capitalista, o que interessa para esta escola do pensamento econômico é o ritmo com que esta atividade se desenvolve. Conforme se dê a redução das taxas de lucro, menor será a velocidade de acumulação, e conseqüentemente, menores serão as expectativas positivas quanto ao retorno lucrativo dos investimentos, a tendência para que haja um período de crise tende a aumentar.

A expansão do capital é intensificada de duas maneiras: pela restauração de algumas condições de lucratividade por intermédio da crise anterior e através dos investimentos iniciais para a construção de uma nova SSA (GORDON, 1994). A partir da intensificação da expansão dos níveis de acumulação de capital, acentua-se, também, o aparecimento de desequilíbrios que são construídos junto com as instituições, pois são inerentes as forças de produção capitalistas, e que também são influenciadas por elas.

Conforme a magnitude e a causa do desequilíbrio são possíveis diferenciar os ciclos de negócios de duas formas: reprodutivos ou não-reprodutivos. No caso dos ciclos reprodutivos, além das causas, as correções das instabilidades também estão dentro do processo de acumulação de capital e não ensejam maiores mudanças na estrutura de acumulação. Os seus mecanismos de autocorreção estão dentro do núcleo base institucional (GORDON, et.al,

2006). É, justamente, na capacidade de restauração das instituições que está à capacidade de autocorreção do ciclo.

A fase de recessão, não é necessariamente uma crise, pois é possível que haja crescimento econômico com taxas declinantes, neste momento existe a tendência à crise e sua, possível, acentuação. Portanto, se as instituições conseguem sustentar a SSA e retornar a taxas de acumulação de capital para níveis crescentes pode-se falar em ciclos reprodutivos.

Por outro lado, quando não é possível restaurar a lucratividade de um ciclo de negócios, e as expectativas dos capitalistas afetam a taxa de investimento fazendo-a diminuir, será necessário que o núcleo base institucional mude para que haja aumento da taxa de lucro. Este é o cenário em que as crises desenvolvem-se a partir dos ciclos não-reprodutivos. Nestes ciclos, a recessão não é corrigida “automaticamente”, é preciso mudar a base institucional que regula o processo de acumulação para que seja reintegrada as condições de rentabilidade (GORDON, 2006).

Os ciclos não-reprodutivos apresentam-se no início das fases de recessão, indicando o início de um período de estagnação. À proporção que esta crise irá afetar o sistema econômico dependerá dos efeitos individuais no mercado de trabalho, na produção, nos gastos do governo e, inclusive, na própria estrutura social de acumulação (GORDON, 2006). É dependente ainda, da intensidade dos conflitos da configuração da próxima estrutura social de acumulação. O que definirá, mais uma vez, o quão complexo será a crise são os fatores institucionais que afetam diretamente as variáveis econômicas e intensificam a luta de classes.

3.4 AS CRISES A PARTIR DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO

A interpretação do desenvolvimento capitalista feita por esta escola, a partir dos conceitos apresentados, identifica a existência de três estruturas sociais de acumulação e suas instituições chaves que garantiram o ambiente necessário para a estabilidade dos níveis de lucro e a, conseqüente, acumulação de capital. O período de análise vai de meados do século XIX até a crise de 1973, quando do lançamento do trabalho de David Gordon (1982) *Segmented Work, Divided Workers: The historical transformation of labor in the United States*. Um segundo período é estudado a partir da crise do petróleo até a primeira metade da década de 1990, marcada pela fase recessiva da quarta onda longa, e com expectativas de mudanças institucionais direcionadas para a retomada do lucro. As mudanças, de fato, ocorrem, mas o que se tem em seguida é o desenvolvimento e solidificação de instituições de cunho neoliberal. Período que não é consenso dentro da literatura desta escola, pois não se

reconhecem as estruturas como construções institucionais da nova SSA ou, trata-se apenas, a um conjunto de estruturas institucionais.

A primeira SSA reconhecida tem como contexto histórico a Segunda Revolução Industrial, e sua fase de crescimento estendem-se de 1840 até 1870. As instituições eram, fortemente, influenciadas pela ideologia do livre mercado e, portanto, respaldadas teoricamente nos primeiros escritos neoclássicos. Desta forma, a SSA do período não era diferente daquilo que era indicado como fundamental à acumulação de capital: as relações de trabalho, o processo produtivo e a estrutura de concorrência intercapitalista estavam pautados neste recorte teórico.

As transformações institucionais direcionam-se no sentido do aumento da produtividade da economia, para tanto, ocorre um afastamento do setor agrário e incorpora as mudanças tecnológicas que contribuíam para o aumento dos níveis de lucro e da acumulação. Dos dias de produção baseada no artesanato, da pequena escala de produção surgiram os grandes trustes, o trabalhador de produção em massa e o crescimento de uma indústria, altamente, capitalizada (REICH, 1994, p.29, tradução nossa). O indicador do crescimento da produção são os elevados níveis de produtividade que acompanham o progresso técnico. As pequenas e médias indústrias formaram a estrutura de mercado altamente competitiva, e ao Estado, coube a função de construir as bases de expansão do capital industrial, e assegurar tecnologia para o desenvolvimento das forças produtivas. O comprimento desta fase de crescimento é garantido pelo reinvestimento dos lucros, as expectativas positivas quanto à lucratividade são asseguradas pelas instituições apresentadas.

O período de recessão desta primeira SSA se estende de 1870 até 1890 (KOTZ 1994; REICH, 1994), os primeiros sinais são demonstrados através do aumento na frequência e intensidade dos conflitos de classe. A instabilidade cíclica do período está marcado pela queda da produtividade e, com o aumento da vulnerabilidade, a queda da taxa de lucro leva a SSA ao colapso. A crise desse período esta definida pela restrição do lucro e da produtividade. Reich (1994) identifica como ponto de inflexão para o retorno ao crescimento econômico a eleição do republicano William Mckinley, as transformações nas relações de trabalho e o estímulo à economia doméstica formam a base institucional que irão compor a segunda SSA.

É com o desenvolvimento das novas instituições que se dá a fase de transição, de uma fase de estagnação para a fase de crescimento (MCDONOUGH, 1994, p.104). Após, a consolidação das instituições bases tornar-se-á possível o retorno ao acúmulo de capital e a mudança nas expectativas quanto o retorno do investimento. A segunda SSA tem início, por

volta, da década de 1890 e já contando com uma estrutura de mercado distinta da estrutura social anterior, neste período várias fusões ocorrem até o estabelecimento de uma estrutura de mercado oligopolista. Ao fim da crise, as firmas que disputam a formação da nova estrutura de acumulação já tem uma importância maior no contexto econômico interno, mas para alcançar o mercado externo a formação de oligopólios torna-se a estratégia viável.

As mudanças implementadas garantem o retorno à estabilidade dos conflitos de classe, e tem um efeito multiplicador importante na acumulação de capital. O elemento fundamental é a relação, cada vez mais, estreita entre Estado e capitalistas no que se refere à construção destas instituições. Para garantir o acesso aos financiamentos via mercado de títulos, o Estado reformulou a legislação necessária para garantir a legalidade das fusões (MCDONOUGH, 1994) e facilitar o acesso aos bancos e ao mercado financeiro como um todo. Ainda, o Estado passa a intervir em setores estratégicos para estabilizar os possíveis conflitos, entre classes e interclasses, e regular os diversos setores (KOTZ, 1994).

Paralelamente ao crescimento desta estrutura oligopolizada, emerge também uma ideologia corporativista em detrimento da ideologia clássica liberal da primeira SSA, esta passa a referendar as relações econômicas no mercado externo. Esta cooperação era definida entre as firmas, os trabalhadores e o Estado (MCDONOUGH, 1994, p. 109). Na relação firma-firma manteve-se o estímulo a concorrência, com aumento da eficiência, através da redução dos custos, e a produção de tecnologias¹⁰. Da perspectiva do trabalhador, manteve-se a repressão à organização sindical e a qualquer tipo de organização trabalhista, o que destaca uma proposta de cooperação imposta unilateralmente.

O desenvolvimento do processo produtivo era, cada vez mais, especializado devido a crescente mecanização das firmas, com isso os trabalhadores aumentavam seu poder sobre o processo produtivo (GORDON, 2006; KOTZ, 1994). Isto acontecia porque a forma como se deu a segmentação do trabalho se apropriava do conhecimento do trabalhador e exigia mão de obra semiespecializada, o que garantia um maior poder de classe a eles. Mas, o maior empoderamento dos trabalhadores, no período, garantiu uma parcela maior na distribuição de renda, com aumento dos salários reais, e a maior demanda por trabalhadores garantiu o fortalecimento dos movimentos de classe (MCDONOUGH, 1994; GORDON 2006).

O elemento contraditório dessa estrutura de acumulação está na produção, por conta da mecanização do processo produtivo o número de trabalhadores no chão de fábrica diminui,

¹⁰ É neste período que são introduzidas as primeiras técnicas de produção em massa e de apropriação do conhecimento do trabalhador, os primeiros passos para a superação da divisão entre o desenvolvimento científico e a produção é dado nesse período. Constrói-se a base do que será conhecido como taylorismo.

aumenta o desemprego e estimula a disputa entre os trabalhadores que permanecem empregados. Mas por outro lado, há um aumento real dos salários devido a queda nos preços, o que causou aumento dos custos de produção. Caracteriza-se, assim, a crise da segunda estrutura social de acumulação como de restrição do lucro, “*profit squeeze*”.

[...] a restrição no lucro é causada pelo aumento da competição intercapitalista no regime de trabalho dando considerável poder ao trabalhador. Neste período, sugerimos que os preços foram diminuindo e os trabalhadores foram capazes de aumentar o seu salário real, enquanto os empregadores estavam impedidos de avançar ainda mais a produtividade do trabalho (REICH, 1994,p 30 - tradução nossa).

Reorganizando o comportamento das firmas, do Estado e dos trabalhadores frente ao processo produtivo torna-se perceptível como estas estruturas ajudaram na política externa dos EUA. A crise da última SSA revelou a necessidade de expansão do mercado consumidor e isto foi feito através da política imperialista estadunidense, principalmente, através da América Central. As firmas, com mais força produtiva e forte acesso ao Estado puderam construir meios para sua expansão.

A fase de crescimento econômico estende-se até as proximidades de 1910, com forte desigualdade de rendimentos tencionando a estabilidade construída pela segunda SSA. Mesmo com repressão aos sindicatos, os trabalhadores questionam as condições de trabalho e disputam algum benefício trabalhista, é deste período os primeiros planos corporativos de seguro saúde (KOTZ, 1994). Mas a fase recessiva deste ciclo é especialmente crítica, pois é composto por duas grandes guerras e uma forte depressão em 1929.

O núcleo institucional que permite a saída da crise e a construção da nova SSA é constituído por elementos da heterodoxia keynesiana. O ponto de inflexão que define a fase de crescimento da terceira SSA é a II Guerra Mundial e as principais mudanças que formam o núcleo institucional são: a manutenção da demanda; a economia internacional liberal e a mudança de relação entre o capital/ trabalho (REICH, 1994, p. 45).

A leitura feita sobre a fase de recessiva da segunda SSA coloca o Estado como responsável por evitar uma crise semelhante a 1929. O Estado regulador dos ciclos de negócios é a instituição chave desta SSA, pois além de controlar o conflito de classe, ele consegue gerenciar a demanda efetiva (MCDONOUGH, 2011). Dessa forma, na SSA do pós-guerra o Estado tinha uma política deliberada de investimentos que beneficiava as empresas nacionais. O princípio da demanda efetiva estava garantido de duas maneiras: a primeira, através dos gastos militares que continuam após a II Guerra devido ao ambiente de iminente conflito com o bloco socialista (toda a fase ascendente da SSA do pós-guerra desenvolve-se

na guerra fria); e a segunda, com as políticas de bem-estar voltadas para o trabalhador, intermediadas pelo Estado garantindo o período de estabilidade no conflito de classe, o que Kotz(1994) define como barganha pacífica.

A mudança na relação capital/trabalho, inicialmente, demonstrava-se favorável ao trabalhador. Os sindicatos e movimentos de trabalhadores aumentaram seu poder de pressão junto ao Estado e demonstraram a necessidade das instituições trabalhistas para intermediar a relação capital/trabalho. A crise de 1930 e o grande desemprego visto à época reafirmavam o argumento dos trabalhadores (WOLFSON, 2006), a estruturação do Estado de bem-estar está alicerçada na disputa por rendimentos entre os trabalhadores e capitalistas.

Ainda no sentido de regular as relações de mercado, pouco depois do fim da segunda guerra, mas já com o núcleo base da terceira estrutura social de acumulação formado, foi construído o acordo de Bretton Woods, uma lista de medidas que organizavam o sistema monetário mundial. Claramente benéfico aos EUA, a principal medida de gerenciamento da economia mundial foi impor o dólar estadunidense como reserva internacional (GORDON et.al, 2006; KOTZ, 1994; MCDONOUGH, 2011) isto garantiu acesso a mercados de matérias-primas muito baratas, reduzindo os custos de produção e, conseqüentemente, aumentando os lucros. As expectativas de retorno eram as mais favoráveis possíveis, o que estimulava a contínua expansão das firmas e dos investimentos, garantindo para o período a alcunha de Era de Ouro do capitalismo. O sistema de Bretton Woods ainda garantia a separação entre bancos de investimento e os bancos comerciais.

O sistema de Bretton Woods, é amplamente visto como elemento central da SSA do pós-guerra. (...) foi um conjunto monetário, de comércio e relações de investimento que incluía o dólar como padrão de reserva internacional, livre conversão com taxa de câmbio fixa e a abertura do comércio mundial. O FMI foi a instituição fiscalizadora chave para o período (KOTZ, 1994, p.63, tradução nossa).

A partir da segunda metade da década de 1960, a terceira SSA acumulação começa a demonstrar tendência à queda da taxa de lucro. As firmas europeias e japonesas já estão recuperadas dos prejuízos da guerra, e começaram a disputar o mercado internacional com as firmas estadunidenses, o trabalhador está organizado e continua a pleitear maior parcela na distribuição de renda (WOLFSON, 2006). O período é marcado por intensa disputa de classe e ascensão econômica de países que não tinham muita expressão no cenário econômico internacional, vide a demonstração de poder econômico quando os países integrantes da

OPEP¹¹ aumentaram o preço do petróleo por duas vezes na década de 1970. A terceira estrutura social de acumulação inicia a sua fase recessiva.

Toda a década de 1970 é marcada por forte pressão popular e por questionamentos quanto à eficácia das políticas keynesianas, por parte dos propositores de política econômica. O diagnóstico era de uma crise de restrição do lucro (*profit squeeze*), o encaminhamento era o retorno às políticas liberais de crescimento econômico. No fim da década de 1980 as instituições bases para a construção da quarta SSA¹² já estavam definidas, agora o alinhamento neoliberal contemplava, os países de toda a América Latina no sentido de indicar o tipo de política econômica a ser implementada implementada.

Em 1989 o Consenso de Washington define o comportamento institucional das economias capitalistas. O Estado perde espaço intermediador dos conflitos de classe e o trabalhador é a parte mais afetada pelas medidas. Total desregulamentação do sistema financeiro e do mercado de trabalho intensifica a competição entre as firmas, mas agora fundamentada nas políticas de abertura comercial e de globalização.

Lippit (2006) indica o início da nova SSA foi construída em meados da década de 1990, contrapondo-se ao argumento de Wolfson (2006) de que as estruturas institucionais deste período não formam uma SSA, pois não consegue retornar aos níveis de lucratividade anteriores à crise. Lippit (2006) não só afirma a existência de uma nova SSA, como aponta elementos que a caracterizam, como a redução da intervenção estatal e uma forte desregulamentação do sistema financeiro (contrapondo ao período anterior). As instituições que irão compor a SSA são, fortemente, influenciadas pelo ambiente socioeconômico do período: crescente internalização das relações políticas e econômicas e uma mudança de paradigma tecnológico. Elementos balizadores que darão contorno as instituições que serão (ou já foram) construídas para atender as novas exigências de acumulação de capital.

Por outro lado Kotz (2003) aproxima-se da reflexão feita por Wolfson (2006) sobre as instituições contemporâneas, e indica a existência de estruturas que não mais detém a característica de apoio ao desenvolvimento das forças produtivas. Pelo contrário, Kotz (2003) reforça a ideia de instituições liberais, com acumulação lenta e instável com reforço das desigualdades e das contradições geradas pelo aprofundamento das instituições neoliberais.

¹¹ Organização dos países exportadores de petróleo

¹² Não há consenso dentro desta escola do pensamento econômico se o período que se estende a partir de 1990 pode ser considerado a fase ascendente da quarta estrutura social de acumulação.

A crise que se desenvolve desde 2008 traz novidades para a agenda de pesquisas das ondas longas, e talvez, a maior inquietação esteja na envergadura da crise em um período em que seria de expansão da taxa de lucro. Por outro lado, os acirramentos das disputas de classe reafirmam a vulnerabilidade das instituições construídas nesta fase neoliberal e a fragilidade dos acordos de classe firmados neste período. E isto provocou a reconsideração de uma agenda socialista como alternativa ao capitalismo (KOTZ, 2003, p.270).

4. CICLOS, INSTITUIÇÕES E DUALIDADE ECONÔMICA: RANGEL

Nascido no sertão maranhense, filho de juiz e uma dona de casa, Ignácio de Mourão Rangel não frequentou escolas. Foi alfabetizado pelo pai e construiu o seu pensamento independente (BIELSCHOWSKY, 2004; BRESSER-PEREIRA e RÊGO, 1993) com a leitura de textos que tinham uma inclinação de marxista durante a adolescência e a graduação em Direito.

Autodidata nos assuntos que tocam a economia, o autor contribui para a compreensão do desenvolvimento nacional com uma robusta obra que discorrem sobre os principais gargalos da economia brasileira: infraestrutura, inflação e reforma agrária. É através de sua investigação individual que descobre o artigo de Kondratieff e sua análise do sistema capitalista a partir de ciclos. A partir desse artigo, e do conhecimento adquirido com os estudos particulares, identifica a principal característica das economias subdesenvolvidas: a dualidade. Conceito que percorre toda a sua obra e justifica o comportamento econômico brasileiro periférico, dependente econômica e tecnologicamente e que irão refletir na formação institucional e política do país.

Trata-se de dois elementos originais, dualidade e ciclo econômico, que percorrem todo o trabalho do autor garantindo a originalidade da interpretação e das proposições de política econômica para a superação do subdesenvolvimento.

4.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO POR IGNÁCIO RANGEL

A interpretação feita por Ignácio Rangel recupera toda a formação histórica, desde o período da Abertura dos Portos até os anos de 1980, com fim da Era de Ouro do capitalismo. Para expor seus argumentos, o autor utiliza da tradição marxista na definição de modo de produção e assume que o sistema capitalista funciona em ciclos, com fases de recessão e de crescimento, como discutido por Kondratieff em 1935. Ainda no sentido de entender o comportamento da economia brasileira, Rangel (2005a; 2005b) reconhece que as formações econômicas são duais, ou seja, há dupla formação produtiva, tecnologicamente diferente, e com dupla formação política, duas classes sociais diferentes concorrendo para manterem-se hegemônicas. O autor ainda reconhece enquanto válida a característica de país periférico, por conta da formação econômica do Brasil, voltada para o abastecimento de Portugal e por não haver a existência de uma autonomia econômica, e sim complementar, muitas vezes, alheia à

realidade nacional (RANGEL, 2005a, p. 296), aqui, portanto, aproxima-se da interpretação cepalina.

São dois os instrumentos que percorrem todo o trabalho de Ignácio Rangel e dão originalidade a sua interpretação: a combinação das ondas longas de crescimento e a dualidade básica da economia brasileira. Os ciclos de Kondratieff dizem respeito ao comportamento mundial do capitalismo, seus movimentos de recessão e expansão acompanham este afluxo, o Brasil segue refletindo esta dinâmica. Já a dualidade é um movimento independente das ondas longas, mas as suas trocas ocorrem na fase recessiva do Kondratieff como uma resposta a perda de hegemonia da classe/setor dominante.

Ainda que a dualidade não seja uma característica exclusiva do Brasil (RANGEL, 2005a), outros países, em especial os subdesenvolvidos, a apresentam por conta do contexto histórico de suas formações, características duais que convivem com formas de capitalismo distintas no que se refere ao desenvolvimento interno e ao mercado internacional. Acompanhando a delimitação feita por Kondratieff para o capitalismo mundial, Ignácio Rangel analisa a história econômica brasileira em quatro ciclos:

- i. 1780 até 1848 - 1º Kondratieff
- ii. 1848 até 1896 - 2º Kondratieff
- iii. 1896 até 1948 - 3º Kondratieff
- iv. 1948 até ? - 4º Kondratieff¹³

As mudanças na dualidade também acompanham essa delimitação periódica, mas se efetivam na fase B do ciclo e se referem a transformações mais amplas, para além do modo de produção. Estão incluídos aqui a formação dos pactos de poder e ascensão da classe social hegemônica, além da construção de diversas instituições necessárias para a manutenção/retorno da estabilidade social e das taxas de lucro. Essas transformações reafirmavam a opção feita pelo capitalismo como modo de produção e demonstram a superação dos estágios de desenvolvimento em direção a formas capitalistas mais avançadas. Isso é refletido diretamente na forma e na velocidade que se dava a acumulação de capital internamente, e na homogeneização das relações entre o mercado interno e externo, ou seja, nas mudanças que conduziam para o fim da dualidade (RANGEL, 2005b, p.655).

¹³ O autor aponta o início da fase recessiva do quarto Kondratieff para a década de 1970, embora não o tenha definido formalmente.

A construção desses conceitos indica uma forte influência marxista. O retorno à história econômica e a constante contraposição teórica do autor demonstram, claramente, a utilização do materialismo histórico e do método dialético como metodologia de análise em sua obra. Entretanto, não é possível defini-lo como, fundamentalmente, marxista porque existem em seus trabalhos posicionamentos que vão de encontro a esse campo teórico. Ou ainda, como colocado por Bresser-Pereira e Rêgo (1993), Ignácio Rangel soube utilizar da teoria clássica com pioneirismo, criatividade e pensamento independente.

Afora o método de análise, Rangel utiliza-se de conceitos marxistas como a formação do exército industrial de reserva, para explicar o movimento de saída dos trabalhadores do campo para a cidade, sem a devida reforma agrária. Ou ainda, reconhece o socialismo como estágio final e mais avançado de desenvolvimento das estruturas socioeconômicas e institucionais (RANGEL, 2005a; 2005b). Mas, por outro lado, o autor utiliza-se de elementos que estão muito próximo do campo ortodoxo do pensamento econômico. Um dos exemplos mais contundentes é a indicação da necessidade de privatização de áreas do setor público que se tornaram do interesse da iniciativa privada, pois segundo ele, isso contribuiria para a redistribuição dos investimentos (RANGEL, 2005b, p.686). No sentido de que se há capacidade ociosa na economia, esta deverá ser apropriada pela iniciativa privada, pois ela detém a competência de gerar capital incremental, ampliando o emprego, o salário e, logo, o lucro (RANGEL, 2005b, p.692). Somam-se, ainda, a sua formação, uma fundamentação institucionalista e keynesiana. No que se refere à primeira escola, Rangel reconhece nas instituições o apoio necessário para sustentar a nova força hegemônica, política e econômica (RANGEL, 2005, p. 697). O desenvolvimento econômico ocorre influenciado por forte presença do setor externo, o que leva ao desenvolvimento de instituições que tenham de atender a este setor e ao mercado interno, cada um com o seu modo de produção e força política. Conforme a troca da dualidade ocorre, as instituições serão modificadas para atender a esta nova etapa do desenvolvimento produtivo, agregando elementos outros que não são de sua formação original (RANGEL, 2005, p. 285). A influência keynesiana mais clara está na responsabilidade dada ao Estado de promover os investimentos nos setores chaves e estimular o investimento privado, a fim de que haja uma ampliação dos setores estratégicos para a economia nacional.

A formação teórica e a compreensão do que é desenvolvimento para Ignácio Rangel é uma mistura de diversas percepções do capitalismo: estágios do desenvolvimento, do estruturalismo cepalino e os ciclos tecnológicos de Kondratieff e, em alguma medida, resultante da luta de classe. Bielschowsky (1996) destaca que a contribuição de Rangel parte

de uma original adaptação do materialismo histórico e da teoria econômica ao estudo da economia brasileira, para que fosse possível compreender as especificidades da formação histórica e econômica do Brasil. As considerações são sintetizadas por Davidoff (1980) para definir a percepção do curso do desenvolvimento econômico brasileiro, ele o faz como “uma sequência de ciclos setoriais, cada um originando o desenvolvimento de um grupo de indústrias, desde a implantação inicial até a formação generalizada de capacidade ociosa, cujo desfecho é sempre uma crise de realização”.

4.2 A RELAÇÃO SOCIOECONÔMICA DUAL

A formação econômica brasileira é uma reunião dialética de contrários (RANGEL, 2005a), porque é o convívio de uma formação econômica mais avançada e externa a economia nacional com outra mais conservadora e interna, interagindo e transformando as forças produtivas. O conceito de dualidade está relacionado ao ambiente socioeconômico e institucional, e não se refere, apenas, a relação mercado internacional e o doméstico, embora o evento desencadeador das mudanças na dualidade sejam, essencialmente, econômicos. De cada lado, há uma relação dual e com suas, respectivas, formações sociais e políticas.

[...] o fato de que todos os nossos institutos, todas as nossas categorias - o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e a nossa própria economia nacional - são mistos, têm dupla natureza, e se nos afiguram coisas diversas, se vistos do interior ou do exterior respectivamente (RANGEL, 2005, p.286).

Trata-se da lei fundamental da economia brasileira (RANGEL, 2005, p.278), porque é nesta formação socioeconômica que está assentada todo o desenvolvimento nacional. As formas de reprodução do capital são diferentes em sua concepção, sendo uma delas evolutivamente superior e estranha ao mercado interno, mas que será progressivamente assimilada à economia nacional conforme a correlação de força entre as classes sociais penda para um determinado grupo. Muito mais que o retorno à historiografia econômica, entender o evento da dualidade é analisar a complexa relação socioeconômica e institucional de formação do Brasil.

Trata-se de examinar quais as relações dominantes dentro e fora de cada unidade da economia, isto é, de pôr em evidência as *duas economias dominantes* - porque cada uma delas, em seu próprio campo, é dominante. A

isso eu proponho que se chame de dualidade básica da economia brasileira (RANGEL, 2005, p.298 – grifo nosso).

Mas porque essa característica tão distinta? Rangel retorna a formação econômica do país, ao período colonial escravista para explicar. Inicialmente a economia brasileira é construída para atender às necessidades da metrópole portuguesa, não há autonomia política e, muito menos, econômica o que impede que seja estimulada a acumulação de capital. A economia brasileira se desenvolve como complemento (RANGEL, 2005a, p.146) de uma realidade muito distante do que era observado internamente, a independência econômica do país só acontece em 1808 quando a Europa já tinha estabelecido uma base industrial muito sólida. A justificativa do conceito de dualidade está nos fatores econômicos desenvolvidos internamente, mas que não são produtos exclusivos das forças nacionais (RANGEL, 2005a), pois não é resultado de conflitos internos, leva-se em consideração, principalmente, a inserção no mercado internacional.

A dinâmica capitalista brasileira é construída para atender as necessidades de matérias-primas e de mercado consumidor dos países centrais. Conforme as crises se desenvolviam e atingiam o Brasil, um dos polos da dualidade mudaria, por dois motivos: o primeiro, para atender a nova configuração do capitalismo mundial, pois a formação deste polo em questão não é mais adequada e, segundo, porque a classe representante deste polo/setor está enfraquecida, não possuem mais força política para manter sua influência nas deliberações de política econômica (RANGEL, 2005a; 2005b).

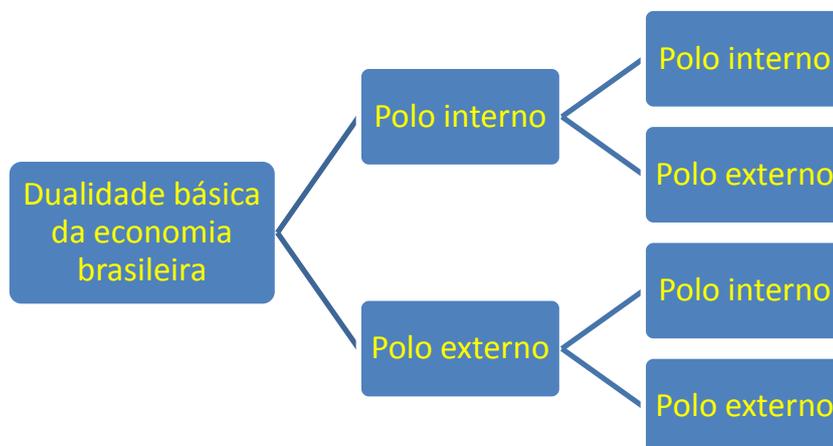
A dupla natureza econômica das relações de dominância dentro e fora de cada unidade econômica (RANGEL, 2005, p.298) é característica da condição periférica do país e está ligada ao mercado externo, no caso, o europeu. Cada relação de dominação é definidora das formações institucionais em seu contexto histórico, pois o pacto de poder estabelecido inclui ampliar as instituições que permitem uma maior produtividade e, logo, levem ao retorno da lucratividade.

Desta forma, a relação de dualidade é composta de dois polos contrários, e cada um com seu, respectivo lado, interno e externo onde se expõem relações econômicas, a primeira vista incompatíveis. O polo interno refere-se à economia doméstica, as formas de reprodução de capital e o desenvolvimento socioeconômico aqui estabelecido. O polo externo do polo interno (RANGEL, 2005, p.655) é a formação econômica que se relaciona com o mercado externo, diz respeito ao tipo de relacionamento estabelecido com os países centrais de capitalismo avançado, é por onde “somos parte do capitalismo mundial” (RANGEL, 2005a, p.166) a relação é construída no sentido do Brasil - mercado internacional.

No lado externo da dualidade, as forças produtivas estão em um estágio superior do modo de produção, o capitalismo é industrial e a sociedade, em sua maioria, já está urbanizada. A produção de tecnologia permite que as firmas sejam, cada vez mais, intensivas em capital e a relação econômica que se desenvolve segue o sentido mercado internacional – Brasil. Inicialmente com Portugal, após a abertura dos portos e a Independência, desloca-se para a Inglaterra e, por fim, para os EUA. O modo de reprodução do capital no polo externo da dualidade, não está vinculado às relações econômicas internas e, inclusive, opõe-se a ele. Funciona de forma independente porque é o centro de progresso tecnológico e da tomada de decisões, é a formação econômica mais avançada que atrela as economias subdesenvolvidas a sua dinâmica produtiva. Neste sentido, opõem-se as formações anteriores, inclusive aquelas presentes no Brasil, por não conservar mais a estrutura institucional e política que viabilizavam a manutenção do lucro e os níveis de acumulação de capital. Nos países centrais, as formas de produção sucederam-se conforme se dava o desenvolvimento capitalista e uma, após outra, tornavam-se hegemônicas com suas novas relações de trabalho e instituições. Internamente, esses países venciam cada fase isoladamente.

Além de apresentar uma estrutura econômica que explica o porquê do subdesenvolvimento do Brasil, Rangel demonstra que há uma relação de poder entre as classes sociais e que é determinante para a formação da dualidade brasileira. Se há uma sucessão de classes, economicamente, hegemônicas há uma nova configuração das instituições para que essas se relacionem conforme a conveniência dos interesses, portanto, o pacto de poder formado também caracterizará as dualidades (RANGEL, 2005a, p.736). O marco fundamental dessa relação encontra-se no fato de a classe representante do polo externo exercer forte influência sobre as decisões do Estado, e o faz por intermédio das classes dirigentes internas (RANGEL, 2005b, p. 665).

Figura 1 - Dualidade básica da economia brasileira



Fonte: Rangel, Ignácio. A história da dualidade brasileira. **Obras Reunidas**, 2005, vol. 2, p.655-686.

A figura acima representa a estrutura da dualidade básica da economia brasileira. São dois polos que são representadas por quatro classes dirigentes, uma para cada lado dos polos (RANGEL, 2005b, p.665) e uma delas encontra-se no país central com o qual o Brasil preserva relações de dependência. A relação de dominação entre os capitalistas só se mantém enquanto a estrutura de produção puder manter os níveis de lucro, embora muito do enfraquecimento dessa classe política se deva a evolução das forças produtivas fora do país.

Modo de produção, após modo de produção, mudam as classes dominantes, nunca os dois sócios da coalizão ao mesmo tempo, mas cada dualidade é substituída por outra dualidade, também caracterizada pela coalizão de duas classes dominantes. Em nenhum momento, o poder político foi exercido com exclusividade por uma só classe, e isso não por acaso, mas como reflexo da estrutura da economia e da sociedade (RANGEL, 2005a, p. 694-95).

Uma vez enfraquecido um lado do polo, este deverá ser substituído por uma nova classe hegemônica que representará a relação de poder estabelecida para o desenvolvimento de novo modo de produção, portanto, uma nova fase do capitalismo. Rangel (2005b, p.662) lista cinco leis de mudança dos polos da dualidade que irão conduzir a sobreposição de estágios de desenvolvimento. A *primeira* diz respeito ao limite alcançado pela conformação social da última dualidade. Os limites da expansão produtiva provocam queda nos níveis de lucro e tensão social entre capitalistas e trabalhadores, o que contribuirá para o enfraquecimento político da classe hegemônica, conseqüentemente, a mudança na dualidade. A *segunda* diz respeito, a já discutida, condição de país periférico. O fator desencadeante das

mudanças na dualidade é exógeno a economia nacional, por isso que progressivamente o país assimila o modo de produção mais avançado, embora este já tenha sido superado, ou esteja em vias de superação, pelo país central. E isto, por sua vez, é a *terceira* condição para a mudança da dualidade.

A relação dialética é mantida porque os países centrais são capazes de produzir suas crises internamente, e isto significa, também, criar as condições para que haja a superação deste momento de instabilidade, ou seja, as instituições sociopolíticas mudam e a configuração do capitalismo também. Desta forma, a relação dual se mantém e os estágios do capitalismo avançam. Por fim, alternadamente, muda o polo interno e externo (RANGEL, 2005b, p.662), mecânica que define a *quarta* lei, a *quinta*, por sua vez, refere-se ao caráter exógeno dos eventos que desencadeiam a mudança na dualidade.

Em cada ramificação dos polos é possível identificar diferentes organizações institucionais, modos de produção e, principalmente, relações de trabalho. Assentados sobre o conceito da dualidade e ressaltando as diferentes formações sociais e políticas, o autor identifica a sequência evolutiva das cinco relações de produção: o comunismo primitivo; o escravismo; o feudalismo; o capitalismo até chegar ao socialismo (RANGEL, 2005b, p.626).

Ainda que o conceito de dualidade se refira a todos os campos de formação da sociedade, este é um evento, como apresentado pelo autor, fundamentalmente, econômico. Uma vez que, somente quando o Brasil apresentar uma dinâmica econômica própria e, com certa autonomia é que se torna possível identificar a primeira dualidade. Antes disso, o que havia eram sociedades “primitivas”, pré-capitalistas, como é o caso das comunidades indígenas e das comunidades quilombolas (RANGEL, 2005b, p.655). Somente quando a família real vem para o Brasil é que a **primeira** dualidade tem início, porque é um dos eventos da fase recessiva da primeira onda longa que se desenvolvia na Europa (RANGEL, 2005b, 668), além do que, é o momento em que se começa a pensar o Brasil como país a ser desenvolvido. Internamente, já havia grupos políticos que tencionavam por mudanças nas relações externas e internas de produção (RANGEL, 2005a, p.307). E de fato, a Independência é mais um evento político que marca o período de mudança da dualidade, e que garante, de fato, a autonomia para o país propor políticas econômicas, sem considerar Portugal. Além, de toda a construção do aparelho institucional do Primeiro Império, houve o reconhecimento por parte das pessoas da existência de uma autoridade política e de uma soberania sobre as decisões. Todas essas mudanças referiam-se as relações de política externa e, internamente, havia uma sociedade escravocrata (RANGEL, 2005a, p.314).

As transformações no centro do capitalismo mundial passaram a exigir mudanças institucionais por parte dos países subdesenvolvidos, o polo interno era escravocrata e relacionava-se com o polo externo europeu a partir de uma relação feudal. Enquanto do lado externo, as relações Europa - Brasil dava-se a partir do capitalismo mercantil, à medida que dentro dos países centrais avançava-se o desenvolvimento de instituições que formariam o capitalismo industrial, aumentando a necessidade de mudanças nas relações internas de produção (RANGEL, 2005b, 658).

A segunda metade do século XIX é marcado pelas mudanças no polo interno da dualidade, a Abolição em 1888 e a Proclamação da República em 1889 são os eventos políticos que definem o início da **segunda** dualidade, dentro da fase recessiva do segundo Kondratieff. A economia europeia, no caso a Inglaterra, era o polo de gravitação dos movimentos da economia nacional e estava entrando em um novo padrão de desenvolvimento, por conta da abolição das *corns laws*¹⁴ britânicas que dividia o mundo em regiões industriais e agrícolas (RANGEL, 2005a, p.314). A Europa em suas relações econômicas internas já tinha um capitalismo industrial solidificado e já havia promovido a sua Segunda Revolução Industrial, portanto, a exigência de matérias-primas e de mercado consumidor tornava-se maior. Havia, também, o movimento político pela abolição, os filhos de escravos que nasciam livres, os escravos “libertos”, somados aos trabalhadores livres e semilivres conseguiam provocar destabilizações políticas (RANGEL, 2005b), e ainda se tornavam um problema econômico, pois permaneciam desempregados ou subempregados.

As relações de produção encaminhavam-se para uma estrutura feudal no polo interno, mas ainda frágil por conta das recentes transformações que a colocaram como sócio menor na dualidade. E no que se referia ao polo externo, o capital mercantil era o sócio-maior (RANGEL, 2005b, p.674) que se fortalecia por dois motivos: por um lado, pela maior exigência de uma produção interna, devido à solidificação do aparelho Estatal e por outro, pela crescente demanda de matéria-prima dos países centrais.

A segunda dualidade nasce nas condições da fase recessiva do ciclo longo, e deveria promover uma forma qualquer de substituir importações. [...] Cabia ao capitalismo mercantil promover a diversificação da produção interna, por processos artesanais e manufatureiros (RANGEL, 2005b, p.674).

¹⁴ Lei britânica de 1815 que encarecia a importação de produtos agrícolas, em especial, cereais.

A partir de 1896 o ciclo longo entra em sua fase ascendente, é o início do terceiro Kondratieff. Este período de expansão mundial ajuda a expandir, ainda mais, o setor cafeeiro, representação máxima do dinamismo do latifúndio encarnado no polo interno do sistema (RANGEL, 2005b, p.676) e estende-se até a crise de 1929, passando pela I Guerra Mundial.

Embora, a economia nacional esteja estabelecida sobre o feudalismo, a relação externa, por sua vez, já estava calcada no capitalismo mercantil e os primeiros produtos manufaturados começavam a ser produzidos internamente. Entretanto, esse período apresenta uma peculiaridade, pois as relações internas do polo externo também eram mercantis. Esse elemento em comum ocorria porque a sociedade brasileira começava a urbanizar-se, muito por conta do aumento da renda provocado pela expansão do café (RANGEL, 2005a) e pelo crescimento das pequenas manufaturas nos centros comerciais. Somados a isto, havia um movimento contínuo de urbanização das regiões, acentuada pela mudança da elite agrária para as cidades (RANGEL, 2005a; 2005b) o que provocava transformações institucionais, inclusive, naqueles que se referem aos costumes e hábitos.

O início da fase recessiva do terceiro Kondratieff, também é o início da **terceira** dualidade, marcada pela Grande Depressão e a II Guerra. O pólo em mudança é o externo, o capitalismo mercantil entra em crise nos países cêntricos e é substituído pelo capitalismo industrial (RANGEL, 2005b, p. 676). Este, por sua vez, traz consigo um novo sistema de produção, saindo do taylorismo para o fordismo, além de criar várias instituições que regulamentam as relações de trabalho, ainda hoje presentes. O Estado é responsabilizado pela criação e manutenção de instituições que contribuam para o desenvolvimento produtivo e social das forças econômicas, seja através da manutenção dos níveis de consumo, ou do estímulo econômico induzido e formulado através dos diversos planos de desenvolvimento.

A disposição econômica do fim da fase ascendente do quarto Kondratieff, aponta a estrutura da próxima dualidade, a crise que se inicia no fim da década de 1960, marca a mudança de fase da onda longa. Destarte, mesmo sem formalizar uma análise definitiva sobre este período de transição para a **quarta** dualidade, Rangel (2005) indica os contornos que está deverá assumir, apontando o capitalismo financeiro como a nova relação dual que dominará as relações de produção nos países de capitalismo desenvolvido.

A quarta dualidade está, obviamente, no futuro. Não obstante, de certo ponto de vista, ela é tão atual como se já tivesse acontecido. Está presente na crise que atravessa a sociedade brasileira, que é, pelo que tem de próprio, de endógeno, a crise da terceira dualidade, a qual tem toda probabilidade de desembocar na quarta. E, pelo que tem de exógeno, o que há de mais característico é a já muito plausível entrada na fase B do quarto ciclo de

Kondratieff. Se for mister datar essa transição e assinalá-la por um fato marcante, indicaríamos o ano de 1973 e a crise do petróleo (RANGEL, 2005, p.682 b).

4.3 O ESTADO E A CONSTRUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CAPITALISTAS

O papel assumido pelo Estado brasileiro no desenvolvimento das forças produtivas, desde 1930 sempre se apresentou bastante ativo. A política deliberada de manutenção do preço do café, em seguida, a adoção de medidas que promovessem a industrialização e o desenvolvimento do mercado interno levantam o questionamentos acerca das políticas contracíclicas, mesmo antes da hegemonia keynesiana.

É fato que o Estado brasileiro optou por regular a mão invisível da economia, a fim de promover o desenvolvimento e solidificação do capitalismo. Entretanto, os planos de desenvolvimento, por exemplo, nos dizem mais sobre as medidas de “combate” aos efeitos das crises políticas, econômicas e institucionais, do que um programa deliberado de desenvolvimento. Inclusive o II PND é construído no início do quarto Kondratieff, em um período da crise de realização.

Rangel (2005a; 2005b) em sua obra reafirma a necessidade de haver um Estado interventor, no sentido de estímulo das atividades que ainda não são do interesse do setor privado, mas que tem papel fundamental para o desenvolvimento econômico. O interesse do setor público está estritamente ligado à formação e à compreensão do que é público, a dualidade representada nas relações comerciais também está simbolizada na composição governamental, o Estado será, em grande medida, representado pela classe do polo hegemônico. A sucessão da classe dominante se dá pelo rompimento da dualidade, a crise enfraquece a classe social ligada ao regime vigente, defensora da preservação do estado de coisas (RANGEL, 2005, p.666), fortalece a dissidência e as novas instituições que comporão o novo modo de desenvolvimento.

CRUZ (1980) destaca na análise de Ignácio Rangel a intervenção estatal através de três linhas distintas: econômica, política e jurídica. Todas contribuem com a formação das instituições que cooperam para a reprodução contínua do capitalismo. Uma das medidas que acompanharam o processo de desenvolvimento econômico brasileiro foi a “opção” pela substituição de importações. Proposta inicialmente desenvolvida com o intuito de fazer frente ao estrangulamento no balanço de pagamentos, tornou-se instrumento de política econômica

com claro objetivo favorecer a industrialização, criando uma reserva de mercado para a futura indústria (RANGEL, 1983). Paralelamente, foi concebido todo um aparato institucional para a regulamentação das relações de trabalho, que por um lado, garantem direitos e institucionaliza a mão de obra assalariada, ao mesmo tempo que, evita uma forte organização dos trabalhadores devido aos altos níveis de exploração. Ao atuar em diversas frentes de organização produtiva, o Estado manteve claro seu objetivo: inserir o Brasil na dinâmica industrial, sem que houvesse qualquer tipo de ameaça ao capitalismo brasileiro.

Em período historicamente curto, presidido pelo controle físico das importações - forma que tomou, nesta primeira fase, a reserva de mercado - o Brasil expandiu sua indústria de bens de consumo, muitos de cujos ramos chegaram ao primeiro lustro do passado decênio com considerável capacidade ociosa (RANGEL, 2005a, p. 129).

Assim como a relação de dependência observável nas relações mercantis centrais poderiam ser vistas nos movimentos econômicos, a criação das instituições de mediação do capitalismo também reflete algum nível de dependência, mas nesse caso no campo político. Apesar da política de substituição de importações, numa primeira leitura, ser definida como de estímulo ao mercado interno, a ausência de uma política industrial clara, com planejamento dos setores a serem desenvolvidos e definidos como estratégicos reiteram a afirmação acima. Principalmente, pelo nível de dependência do capital estrangeiro para o financiamento industrial.

A ação estatal mostrava-se paradoxal, nas fases A dos ciclos longos a opção era de expansão das forças produtivas e da capacidade de importar, mas nas fases B a escolha revertia-se para o desenvolvimento do mercado interno e restrição às importações (RANGEL, 2005). O impulso dado à industrialização colocou o Estado como responsável pelos grandes blocos de investimento e de atração de tecnologia necessária para o aumento do estoque de capital. As divisas utilizadas para custear o parque produtivo eram captadas a partir do Estado, por isso que os grandes insumos para a indústria são de responsabilidade das estatais. As mudanças estruturais são operacionalizadas durante esse período, a opção pelo modo de produção capitalista sempre esteve, muito bem definida e articulada.

Por outro lado, no que se refere ao mundo do trabalho à legislação garantiu a estabilidade para o desenvolvimento do capitalismo nacional (RANGEL, 1983). Os trabalhadores oriundos do setor agrícola formavam o exército industrial de reserva e pressionavam para baixo os níveis salariais. O período de institucionalização do salário mínimo, marco do avanço capitalista, é definido como o mínimo de subsistência, portanto,

nivelados por baixo, mas ainda permite que seja criado o mercado consumidor para a indústria de bens de consumo, além de provocar a monetização da economia (CORIAT e SABÓIA, 1988).

Mesmo com o crescimento econômico observado durante a fase de ouro do capitalismo industrial, este não foi acompanhado pelo aumento dos salários reais ou por qualquer política que objetivasse a classe trabalhadora. A política salarial regressiva, com baixos reajustes, com controle sindical através de legislação específica, o Estado quem reconhece a entidade de representação “oficial de classe”, dão conta de explicar o tamanho do controle exercido sobre os trabalhadores. A intervenção das classes fora da área de poder é mais restrita, ocorre de forma indireta, apenas através do apoio a este ou aquele subgrupo da coalizão dominante (RANGEL, 2005b), o trabalhador brasileiro, para Rangel, tem uma participação muito passiva no interior da disputa social. Muito além da função de mediador das disputas de classe, o Estado brasileiro assume o papel de opressão da classe trabalhadora.

4.4 AS CRISES E AS ONDAS LONGAS DO CAPITALISMO POR RANGEL

Dos quatro ciclos de Kondratieff analisados por Ignácio Rangel, aqueles que atravessam o século XX demonstram, de forma mais contundente, todas as transformações que o fim de um ciclo tecnológico traz. Dada a condição de país periférico e sem uma dinâmica econômica própria, o Brasil sempre responde as crises mundiais, no sentido de que, se manifestam na economia interna após seu desenvolvimento e expansão no centro econômico. Como característica do sistema capitalista de ondas longas de expansão e recessão, já traz embutido em seu conceito um momento de crise, com forte apelo a luta de classe. Esse período é marcado por mudanças institucionais de grande envergadura, que proporcionam, no médio prazo, intensa mudança tecnológica, além de retomada da lucratividade.

Para o caso da economia brasileira e, neste ponto, aproximando-se da interpretação cepalina, Rangel (2005) pontua que a característica periférica da economia nacional coloca-a na dependência do centro dinâmico (Inglaterra, depois EUA), o que torna os ciclos longos exógenos e as crises internas, uma “resposta” àquela que se desenvolvia no país de capitalismo avançado. Embora haja um fundamento mecânico nas ondas de Kondratieff, por delinear, previamente, o comportamento do sistema econômico mundial em um espaço, de tempo, demarcado o seu conceito traz elementos muito mais complexos do que o sugerido.

Dos três ciclos de Kondratieff identificados e analisados completamente por Ignácio Rangel, somente a partir da fase recessiva do terceiro ciclo é que a economia brasileira já é capaz de gerar suas crises endógenas, menores e autocorretivas. Isso se dá devido às transformações nos meios de produção, absorvendo tecnologia e construindo as instituições que permitem a reprodução e o avanço do capitalismo. No caso brasileiro, só se torna possível gerar “pequenas” crises quando é criado o ambiente de reprodução do capital, e isso só se dá em 1930, quando o Estado prioriza o desenvolvimento do parque produtivo e começa a construir as instituições que regulam o modo de produção capitalista, seja no que se referem às condições de trabalho, seja no que toca, diretamente, ao processo produtivo.

Quando se analisa as crises mundiais, através, da ótica dos Kondratieff a troca da dualidade torna-se uma consequência do aprofundamento das crises e de seus efeitos na economia nacional. Ao mesmo tempo, demonstra o esgotamento das instituições socioeconômicas e políticas no que se refere à reprodução do modo de produção, o que sugere o fim do pacto de poder entre as classes sociais representantes da dualidade. Como a forma da construção econômica brasileira é voltada para o mercado externo, as fases B manifestam-se primordialmente pelo estrangulamento do comércio exterior (RANGEL, 2005b, p.263).

Ocorrendo problemas no balanço de pagamentos, o acesso ao mercado internacional torna-se limitado, pois importar bens significa aumentar os déficits em conta corrente. A soma entre o acesso limitado ao mercado externo e as dificuldades no balanço de pagamentos, remetem a única solução plausível: o mercado interno, mesmo havendo uma sujeição estrutural entre os polos da dualidade. E isto, de alguma forma, provoca um processo de substituição de importações (RANGEL, 2005a, 2005b).

Portanto, muito antes do período “oficialmente” destacado como de desenvolvimento via substituição de importações, Ignácio Rangel já aponta a existência desse fenômeno em períodos de crise. De forma não intencional e sem o objetivo de desenvolver um parque industrial qualquer, o estímulo ao mercado interno se dava como a única opção para a classe hegemônica interna – independente do estágio de desenvolvimento. Este é um movimento que acompanha toda a história econômica contemporânea, e que a partir de 1930 a proposta torna-se mais que consenso, é institucionalizada como política de desenvolvimento efetivamente.

O fechamento do mercado externo aos nossos produtos – manifestado nos volumes físicos e nos preços relativos – resultante da conjuntura declinante dos países cênicos, temos reagido por uma forma qualquer de substituição de importações, ajustada ao nível de desenvolvimento de nossas forças produtivas e ao estado das nossas relações de produção, isto é,

enquadramento institucional em que se devem mover aquelas forças (RANGEL, 2005b, p.263).

Em traços gerais é possível interpretar o conceito de desenvolvimento econômico construído por Ignácio Rangel, a partir de quatro pilares básicos: a formação da mão de obra assalariada, a construção das instituições capitalistas; a edificação do parque industrial e as trocas de dualidade. Dessa forma, cada ciclo de Kondratieff trará mudanças na composição de cada um desses grupos institucionais, o que sugere uma nova etapa de desenvolvimento com uma nova correlação de força entre as classes sociais.

O primeiro ciclo de Kondratieff inicia-se em sua fase ascendente em 1780 e se estende até 1808 (RANGEL, 2005a; 2005b), período em que a economia brasileira está em sua fase colonial. Num panorama geral, a base produtiva deste período é, predominantemente, agrícola e mineradora e está ligado diretamente ao nível de desenvolvimento do mercado interno português. A força de trabalho está concentrada na zona rural e é escrava. A partir de 1808, tem início a fase recessiva do primeiro Kondratieff e, conseqüentemente, a manifestação da primeira dualidade. O período é marcado por intensa disputa de classe na Europa, observada claramente na Revolução Francesa que se desenvolvia desde o fim do século XVIII. Sob esta inspiração, a Independência do Brasil concretizou-se. A crise que se desenvolvia no mercado externo promoveu o retorno às bases produtivas internas, o que significava à reorganização da produção interna em condições propícias ao desenvolvimento da autossuficiência da fazenda (RANGEL, 2005b, p.311). Trata-se de um movimento de substituição de importações, não intencional, mas que dinamizava as fazendas e redistribuía a atividade produtiva em direção ao consumo interno e fortalecia o uso da mão de obra escrava. Esta dinamização das fazendas permitiu que ela se tornasse menos agrícola, suas atividades foram orientadas para a construção, inicial, da indústria de transformação e para os serviços (RANGEL, 2005b, p.671). Gradativamente, os latifundiários fixam-se, permanentemente, nas cidades começando o fluxo migratório e urbanização da sociedade brasileira.

O segundo Kondratieff tem início em 1848 fundamentado em mão de obra escrava, mas iniciando a formação de mão de obra assalariada, através da vinda dos imigrantes europeus a partir deste decênio. Neste ciclo, a mudança da dualidade ocorrerá internamente, o latifúndio mantém seu caráter feudal, mas existe o desenvolvimento de instituições que formarão a burguesia comerciante, base do capitalismo mercantil. Firms inglesas e portuguesas aqui se criaram, a princípio como simples agências, especialmente as inglesas, e, depois, como parte integrante de nossa economia (RANGEL, 2005a, p.312). O mercado internacional já solidificado sobre instituições mercantis, avançava para o capitalismo

industrial existente no lado interno do seu polo, e isto provocava aumento da produção de manufaturados e da necessidade de mercado consumidor. Não havia, portanto, como manter a base produtiva fundamentada na mão de obra escrava, uma vez que a configuração socioeconômica mundial impele expansão do assalariamento. Desta feita, os eventos políticos que marcaram o início da fase B do Kondratieff e a troca da dualidade foram à Abolição da Escravatura e, em seguida, a Proclamação da República.

A crise que se desenvolvia no mercado internacional encaminhava as estruturas produtivas para o mercado interno, portanto, a substituição de importações, mas neste período assumia um papel coadjuvante. O esforço principal era do capital mercantil, através da diversificação da produção interna por processos artesanais e manufatureiros (RANGEL, 2005b, p. 675). É, portanto, a partir da fase recessiva do segundo Kondratieff que as bases industriais de produção começam a ser criadas no país e a intensificação do fluxo migratório em direção as cidades contribui para a reorganização produtiva do país.

O terceiro Kondratieff tem início no fim da do século XIX, as mudanças na Europa já incorporavam a Segunda Revolução Industrial e o nível tecnológico empregado na linha de montagem contribui para o aumento da produtividade do capital. Esse período pode ser definido dentro do que Rangel (2005b) define como uma flutuação de longo prazo, correspondente a renovação do capital fixo, à revolução científico-técnica. Isto acontece porque é o período em que as indústrias de bens de capital são formadas e permitem a expansão da linha de montagem. Ao passo que no Brasil, as relações internas e externas são de base agrária, tendo como principal composição produtiva a mão de obra recém liberta e o café como principal produto da pauta de exportação. A dicotomia existente entre os polos da dualidade reforçavam-na, mas subjuguam-nos no sentido de aprofundar a submissão econômica e tecnológica.

O período que se estendeu até a década de 1930 é a fase ascendente do ciclo de Kondratieff é marcado pela grande fase do café, seu crescimento e expansão (RANGEL, 2005b). As mudanças ensejadas iam em direção à solidificação do capital mercantil, classe econômica hegemônica, embora politicamente frágil, mas mantenedora das relações com o mercado externo que estava em franco crescimento. As economias centrais avançam na produção de bens manufaturados ao se apropriar dos elementos produtivos que compõe o sistema de produção taylorista. O ganho na produtividade do capital é de tal monta que permite grande expansão no mercado internacional, além de internamente ter transformado o capitalismo, agregando elementos que viriam a caracteriza-lo por financeiro (RANGEL, 2005b).

A fase B do terceiro Kondratieff que se inicia com a crise de 1930 e estende-se até, meados, de 1950, é um dos períodos mais importantes da história econômica brasileira, porque é a fase em que o país é inserido, deliberadamente, no sistema capitalista. Quando há a opção em desenvolver o país através da indústria, as instituições criadas fortalecem esta escolha e transformam todo o contexto social brasileiro. É o início de um período de forte apelo desenvolvimentista, com a intensificação de políticas pró-industrialização, com deslocamento do centro dinâmico da economia para o mercado interno (FONSECA, 2003). Mas, mantendo a dependência do mercado externo. Apesar de já haver um significativo número de famílias urbanizadas, a partir desta década o número será sempre crescente e ao fim da década de 1980 a sociedade brasileira terá completado esta transição (ARAÚJO, 2000).

Rangel (2005a; 2005b) discute que esse movimento em direção as cidades ocorre por conta da crise do café iniciada em 1927 que debilita o setor agrário e expulsa mão de obra para as cidades. O caráter do setor agrícola nos países subdesenvolvidos, de forma geral, está ligado à subsistência da família, neste período a dualidade interna tinha uma estrutura feudal, reforçando a ligação com a terra. Esta fase B do Kondratieff traz o capitalismo para todos os setores da economia, inclusive, para a agricultura que torna-se mecanizada aumentando a produtividade. Quanto aos trabalhadores, o aumento da produtividade os dispensou e os fez dependentes, exclusivamente, da renda salarial, tornando-os proletariados. Somando-se aos negros libertos, aos europeus imigrantes estava formada a mão de obra assalariada brasileira ou como muito utilizado por Rangel, formado o exército industrial de reserva (RANGEL, 2005a; 2005b).

As mudanças nas relações trabalhistas são uma das transformações do período, na fase B do terceiro Kondratieff todas as bases institucionais para dar apoio ao capitalismo industrial foram formadas, e junto a um efetivo processo de substituição de importações implementam o capitalismo industrial (RANGEL, 1983). Diferente do processo de formação industrial de muitos países, a industrialização deu-se através da formação da indústria de transformação (RANGEL, 2005a) porque o estrangulamento do balanço de pagamentos e a restrição da demanda externa forçava a produção interna dos bens que não podiam mais ser importados.

A ordem inversa de nossa industrialização nada tinha de acidental. Nossa industrialização fizera-se, até então, nas condições paradoxais da criação de estabelecimentos industriais (isto é, capital intensivo, poupador de mão de obra) através do emprego de instalações e equipamentos produzidos, em grande parte, pré-industrialmente (isto é, capital intensivo e poupador de

capital). Noutras palavras, vínhamos criando um D2 industrial, pelo uso de D1 pré-industrial (RANGEL, 2005a, p. 693).

As mudanças que ocorriam dentro da economia nacional eram respostas à crise que se desenvolvia no centro econômico mundial, assim diferente das crises dos ciclos anteriores, a política de substituição de importações tornou-se instrumento de política econômica. Primeiro, porque as dualidades não mais se complementavam. Internamente, a estrutura feudal não podia mais fazer frente às necessidades do capitalismo industrial do polo externo. Segundo, porque os deslocamentos de formação da sociedade urbana provocaram a criação de uma estrutura de consumo dependente dos bens manufaturados. Ao passo que, o fato de não ter havido uma reforma agrária levou muito mais pessoas a condição de dependência do trabalho assalariado, e isto contribui para o aumento do subemprego e da economia informal (RANGEL, 2005b)

A fase A do quarto Kondratieff abrange toda a Era de Ouro do capitalismo mundial, e o Brasil, neste período, foi a economia que apresentou maior impulso econômico (RANGEL, 2005a). Quando ocorrer a mudança do ciclo, a fase B contará com uma sociedade totalmente urbanizada, um parque industrial de bens de capital consolidado, instituições que regulam o mercado de trabalho e todo o sistema financeiro brasileiro formado. Embora seja o período em que se dará a consolidação das bases capitalistas, com capacidade de gerar os próprios ciclos internos com relativa autonomia, o país continuará a depender dos países centrais, inclusive, tecnologicamente (RANGEL, 2005a; 2005b). O país de capitalismo avançado ao qual o Brasil mantém suas relações de dependência, nesta fase, já é os EUA.

A política de substituição de importações foi mantida, e as exportações brasileiras recuperaram-se, principalmente, com os países centrais (RANGEL, 2005a). Isso acontece porque o novo centro dinâmico, os EUA, não teve sua economia destruída pela II Guerra, muito pelo contrário, o fato deste país ter se tornado hegemônico foi porque os demais países de capitalismo avançado estavam no *front* de batalha e foram destruídos. E uma das condições para que este período fosse de franco crescimento está na necessidade de grandes investimentos em infraestrutura nas nações europeias. A grande demanda de toda a sorte de produtos impulsionava o crescimento da economia mundial, e os EUA tornou-se o fornecedor de bens de capital e o financiador da reconstrução. As condições históricas e institucionais foram decisivas para a mudança do eixo político e econômico mundial para a nação estadunidense.

No que se refere ao trabalhador, o quarto Kondratieff é a fase de medidas adotada pelo Estado que faz referência a regulamentação do trabalhador assalariado urbano. Outra

característica deste período é o crescimento econômico dos países socialistas, inclusive em valores comparados ao dos países capitalistas (RANGEL, 2005b, p.744). Rangel (2005b) responsabilizava esse crescimento ao fato de essas economias serem planejadas e conseguirem impelir algum tipo de organização à produção e, de alguma forma, diminuir os efeitos da fase recessiva. A ideia do planejamento remetia a possibilidade de não crises, dado que a composição produtiva teria a função de evitá-las, entretanto, não foi isto o observado, uma vez que os ciclos longos são eventos da economia mundial e a fase B do quarto Kondratieff foi mais devastadora nesses países (RANGEL, 2005b, p.750).

Será, portanto, no polo externo da dualidade, em seu lado externo, que se desenvolve a crise do quarto Kondratieff, o primeiro choque do petróleo em 1973 é o evento que marca, de fato, o seu início (RANGEL, 2005b). Antes, a economia mundial já demonstrava sinais de decréscimo no fim da década de 1960, apesar de no Brasil ser o período do milagre econômico. O movimento da quarta dualidade é indicado por Ignácio Rangel, ocorreria no polo externo em seu lado externo, com a assunção do capitalismo financeiro a condição de sócio maior da dualidade. E, de fato, é possível indicar a existência desse movimento através do processo de globalização das instituições produtivas e da financeirização das relações produtivas. O sistema financeiro mundial que foi regulado no fim da crise de 1929, passa a ser desregulamentado, o Estado assume a culpa pela crise que se desenvolvia desde a década de 1970, assim como, os trabalhadores que tem parte de seus direitos tolhidos. Para o caso do Brasil, país periférico e dependente de capitais externos, o período provocou uma acentuação das dívidas internas, aumento do desemprego e da inflação.

4.5 CRISE, CICLO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: TRÊS “ESCOLAS” EM COMUM

As reflexões acerca do desenvolvimento capitalista pela Escola da Regulação e pela escola da Estrutura Social da Acumulação acontecem no mesmo espaço de tempo: meados da década de 1970. Ignácio Rangel, por sua vez, já vem desenvolvendo sua teoria da dualidade econômica associadas ao ciclo longo de Kondratieff e refletindo sobre o formato do desenvolvimento econômico brasileiro desde os anos 1940, embora a obra que sintetize sua tese só tenha sido publicada em 1957 - *Dualidade básica da economia brasileira*. A ER e a SSA retomam à formação econômica dos EUA, Rangel “reconstrói” a formação econômica do Brasil sob a perspectiva da dualidade, para compreender como se deu o desenvolvimento capitalista e o porquê da configuração atual. As três “escolas” concordam acerca da existência

de estágios/evolução do sistema capitalista até a sua afirmação como modo de produção dominante, além do papel central desenvolvido pelas instituições como apoio ao processo de acúmulo de capital.

A primeira semelhança entre essas três “escolas” refere-se ao marco teórico. Todas partem, guardadas as devidas proporções, de conceitos marxistas. O retorno à formação histórico-econômica dos países e a partir delas, a reflexão acerca de seu desenvolvimento demonstra a utilização de metodologia oriunda dessa linha teórica: o materialismo histórico. Além de expor o comportamento evolucionário do capitalismo mundial, são apresentados os seus diversos desdobramentos, inclusive as diversas formações assumidas por este modo de produção no decorrer da história contemporânea.

Mesmo com essa visível e forte influência do marxismo, nenhuma destas “escolas” utiliza apenas destes conceitos, são associados elementos de outras fontes do pensamento econômico, em especial, fundamentos keynesianos e institucionalistas. A ênfase dada a um ou outro aspecto destas linhas da teoria econômica é fundamental para a construção dos conceitos característicos de cada “escola”. No que se refere à composição do conceito de estrutura social de acumulação ou modo de regulação, é perceptível traços do institucionalismo na concepção do termo e no papel determinante dado a influência das instituições na formação socioeconômica e política. Ao que se refere à definição de crises, as “três” escolas fazem referência direta a tendência declinante da taxa de lucro, ou ainda à expectativa de retornos dos investimentos, conceito keynesiano e amplamente usado pela escola da Estrutura Social d Acumulação. Mas, todas admitem que a crise é o momento em que as contradições do capitalismo manifestam-se, e para o caso de Ignácio Rangel uma nova dualidade é formada.

De forma geral, a compreensão do que é desenvolvimento capitalista feita por estas três “escolas” origina-se de uma perspectiva evolucionária, no sentido de que as instituições transformam-se continuamente em direção a formas mais avançadas de reprodução do capital. Por conta desta característica, as instituições que acompanham o desenvolvimento produtivo tornam-se, cada vez mais, definidoras das relações de produção, trabalho e, em última instância, dos níveis da taxa de lucro. E isto, trata-se da sobredeterminação institucional apontado por Kotz (1994), e que está presente na construção dos conceitos das demais “escolas”. Tanto na ER quanto em Ignácio Rangel, percebe-se essa característica das instituições de induzir e ser induzida, quando é feita a alusão ao comportamento conjunto entre instituição e modo de produção para a estabilização da crise e absorção de formas mais avançadas de produção (RANGEL, 2005a; 2005b), como para a estabilização da luta de

classe (LIPIETZ, 1998), com o objetivo final de retorno a taxas positivas de lucro. Por consequência dessa característica, as crises produzidas em economias capitalistas têm causas e magnitudes diversas, mas todas são frutos das contradições geradas ao longo do processo produtivo capitalista e estará ligado às instituições, o que sugere uma possível reconstrução institucional ao fim do período. Para esta fase, após a reforma da base produtiva, as “escolas” destoam quanto a chegada ao estágio final do capitalismo: a sociedade chegará a sua forma de desenvolvimento mais completa: ao socialismo, segundo Rangel (2005b); ou ainda para Kotz (1994) poderá chegar ao socialismo caso os trabalhadores tenham consciência de classe e força política suficiente para disputar a formação do modo de produção; ou, não se chegará a lugar algum, pois o capitalismo continuará, indefinidamente, se transformando e incorporando as mudanças dos elementos que foram passíveis de conflito (LIPIETZ, 1982).

Das três “escolas”, Ignácio Rangel é o que mais absorve a interpretação das ondas de Kondratieff¹⁵ em sua análise. Todo o desenvolvimento econômico brasileiro é interpretado conforme os movimentos das ondas longas, inclusive a construção do conceito de dualidade é feito a partir da relação de crise, desenvolvimento interno e setor externo, conforme as fases do Kondratieff. A troca da dualidade torna-se a expressão do desgaste das instituições que a compõem (RANGEL, 2005a; 2005b), no limite do modelo de produção constrói novas estruturas socioeconômicas e políticas, o que faz do capitalismo o modo de produção hegemônico em diversos países. Portanto, há na análise de Ignácio Rangel uma percepção pioneira de que o capitalismo está ligado a elementos que não são, essencialmente, econômicos e isto torna a sua reprodução dependente das instituições, bem como as crises são intensificadas pela instabilidade dessas estruturas.

Para a SSA, apesar de reconhecerem as longas ondas como características do sistema capitalista, eles não o veem como um movimento autônomo, mecânico. As mudanças de fase ocorrem conforme a SSA chega ao seu limite e a intensidade da luta de classe torna-se insustentável, afetando a estabilidade das instituições (GORDON, 1982; KOTZ, 1994). O retorno à fase de crescimento só se dará com a construção de um novo núcleo institucional que estabilize o conflito de classe e gere uma nova estrutura social de acumulação.

Apesar de reconhecer a existência e a importância do impacto da luta de classe nos níveis de acumulação de capital, Rangel atribuiu as variáveis econômicas um papel mais decisivo na composição do desenvolvimento econômico e nas fases do ciclo de Kondratieff. A característica cíclica do capitalismo não se restringe, apenas, as ondas longas, fase de

¹⁵Os franceses da Escola da Regulação não admitem esta característica do capitalismo.

intensa transformação. Rangel admite a existência de ciclos de menor intensidade, com menor duração e com correção endógena, portanto, sem grandes modificações na estrutura socioeconômica, são os ciclos de Juglar e o de Kitchin.

De forma análoga, a estrutura social de acumulação não faz essa subdivisão entre os ciclos, mas apenas os define dentro de dois grupos: os reprodutivos e os não-reprodutivos. Neste último está incluso o ciclo de Kondratieff, responsável pelas grandes crises e mudanças nas instituições que compõe a SSA. Inclusive, as causas para a crise são distintas daquelas observadas para Rangel, este atribui ao esgotamento das variáveis econômicas e a necessidade da economia interna adaptar-se ao modo de produção mais avançado, já efetivado na economia central (RANGEL, 2005b). A SSA atribui à intensificação da luta de classe a causa para a instabilidade no processo de acumulação de capital (GORDON et.al., 1982; KOTZ, 1994; LIPPIT, 1994) e, provável, mudança nas instituições chaves. Assim como a ER, que não admitem a existência de ciclos no comportamento da economia mundial, mas reconhecem que as flutuações são causadas pelo esgotamento da relação entre o modo de regulação e o regime de acumulação, com intensificação da luta de classe (BOYER,1990).

4.6 AS SIMILARIDADES QUANTO À PERCEPÇÃO DO CAPITALISMO

Uma sociedade capitalista tem seu modo de produção baseado no desenvolvimento industrial, mão de obra assalariada e a sociedade urbanizada, com produção de mercadorias para o lucro (GORDON et.al, 1994). Os trabalhadores vendem sua força de trabalho por uma remuneração que garanta sua sobrevivência, e justamente por só dispor da força de trabalho para vender é que se pode definir o trabalhador como proletariado (LIPIETZ, 1982). E para o caso brasileiro, após o advento da terceira dualidade é que o país apresenta essas características e insere-se no capitalismo mundial, passando a gerar ciclos diferentes dos ciclos longos, com seu epicentro na economia nacional (RANGEL, 2005a).

A SSA reconhece o funcionamento capitalista a partir de estruturas institucionais construídas historicamente para apoiar o acúmulo de capital. A partir de instituições chaves, a economia sai da fase de recessão e retoma o desenvolvimento econômico com aumento da lucratividade e da produtividade. O aperfeiçoamento institucional é contínuo, mas as grandes mudanças já terão ocorrido no período de transição entre as fases, indicando para qual classe a disputa de força está tendendo. A estabilidade dos períodos, ou seja, a fase de crescimento econômico ocorre com a formação institucional de um novo núcleo chave da estrutura social de acumulação, com a reconstrução deste elo entre as diversas instituições é retomada a

acumulação de capital (KOTZ, 1994; GORDON et.al., 1982; WOLFSON, 2006). Este novo grupo institucional reflete a identificação das causas da crise e o “consenso” estabelecido entre as classes sociais para a sua superação, por isso, além de propiciar a volta da lucratividade, não necessariamente sendo maior que o período anterior, estabiliza as tensões entre trabalhadores e capitalistas.

A Escola da Regulação, por sua vez, observa o desenvolvimento capitalista a partir de dois conceitos centrais: modo de regulação e regime de acumulação. O primeiro é a materialização do segundo, portanto, se trata das particularidades que definem a sociedade e o modo de produção, fonte de mudanças e não-adaptação a outros regimes de acumulação (LIPIETZ, 1982), é aqui, no modo de regulação, que se desenvolvem a luta de classe e criam-se as condições para o seu controle. O regime de acumulação é formado através da organização produtiva para o trabalho: tecnologia, estrutura de mercado, competição entre capitalista etc, portanto, a crise do capitalismo pode se dar a partir das inadequações em qualquer uma das estruturas (AGLIETTA, 1979; LIPIETZ, 1991). O modo de regulação corresponde ao rearranjo da estrutura social de forma a adequá-la às exigências do regime de acumulação a fim de que o sistema possa, efetivamente, se reproduzir (CONCEIÇÃO, 1987). Qualquer inadequação entre o modo de regulação e o regime de acumulação resultará no desenvolvimento de crises e na intensidade delas, portanto, fica por conta de sua origem. Sendo que, as grandes crises do capitalismo são originárias do regime de acumulação (AGLIETA, 1979), nestas, as grandes transformações e os maiores acordos de classe são formados.

A distinção do pensamento de Rangel já começa em seu objeto de análise: o Brasil. Enquanto as “escolas” da ER e a SSA observam o comportamento econômico dos EUA para tecer considerações sobre o comportamento do capitalismo mundial, Ignácio Rangel observa os desdobramentos do capitalismo mundial em uma economia periférica (RANGEL, 2005a.). Por consequência, uma parcela importante dos elementos de formação econômica é, em um primeiro momento, exógena ao Brasil e passam, gradativamente, a construir o perfil econômico desde sua formação pré-capitalista até a organização completa do parque industrial na década de 1970, seguindo o desenvolvimento capitalista mundial. Aqui, portanto, há a identificação por Rangel da existência de sucessivos estágios de desenvolvimento, superados conforme se desenrole as fases de expansão econômica e depressão no centro econômico mundial. A dualidade é a manifestação destes elementos contraditórios no sistema capitalista, no limite as instituições e as classes dominantes perdem espaço e são superadas por outras, com características que se adequem as mudanças efetivadas. Está claro, portanto, que já havia

nas reflexões de Ignácio Rangel elementos que apontavam para o papel central das instituições na composição da taxa de lucro e dos níveis de acumulação do capital.

Por reconhecer a formação capitalista como, genuinamente, de luta de classe as três “escolas” acabam por ter conclusões semelhantes no que se refere a esta forma de desenvolvimento. A grande diferença está na intensidade dada aos conceitos institucionais e de luta de classe no desenvolvimento teórico, condicionando o entendimento do que se observa como superação do período de instabilidade. Portanto, compreender o papel das instituições capitalistas no desenvolvimento e formação socioeconômica é fundamental para aproximar essas três vertentes do pensamento econômico contemporâneo.

4.7 ALGUMAS APROXIMAÇÕES INSTITUCIONAIS

As instituições chaves que compõem o sistema capitalista e que permitem sua reprodução são compostas e desenvolvem-se através da correlação de força entre trabalhadores e capitalistas. As instituições que irão dar forma ao modo de regulação (BOYER, 1990), que formarão as instituições chaves da SSA (KOTZ, 1994), ou ainda que refletem a dualidade brasileira (RANGEL, 2005b, p.553) estão divididas em cinco grandes grupos: forma e regime monetário; relação salarial; concorrência entre capitalistas; adesão ao regime internacional e o Estado (BOYER, 2009; DIEBOLT, 2001; RANGEL, 2005a; 2005b). Embora seja uma definição presente na ER todas essas instituições são analisadas pelas demais “escolas”. Das cinco estruturas institucionais, apenas duas (relação capital/trabalho e o Estado) são diretamente influenciadas pela tensão da luta de classe. Nas demais, a influência é indireta, embora, o componente desestabilizador seja muito forte. Principalmente, porque as instituições são resultados das lutas e das disputas entre os capitalistas que as formam, e que as alterará conforme a necessidade de reconstruir um ambiente propício à retomada do acúmulo de capital e, posterior, crescimento.

Estas instituições chaves são destacadas pelas três “escolas” como o centro dos estudos sobre o desenvolvimento capitalista, já que são parte fundamental da história econômica. Há nas instituições o elemento que permite a reprodução estável do modo de reprodução e o elemento desencadeador das crises, desta feita, percebe-se um constante processo de aperfeiçoamento estrutural. E serão delas que se observarão as fases de expansão e retração econômica, são identificadas as causas das crises e delas são derivadas as novas estruturas.

O elo entre as instituições, capitalistas, trabalhadores e o mercado externo é o Estado. É a única instituição que consegue receber as demandas de trabalhadores e capitalistas e

encaminha-las com sentido de interesse público, justamente por ser o reflexo da sociedade organizada. O Estado é a construção social com a função de regular a luta de classe (LIPIETZ, 1984), e atua no sentido de proporcionar ao capitalista o ambiente adequado para o investimento produtivo. A SSA também reconhece esta função do Estado dentro do sistema capitalista, aproximando-se dos regulacionistas, mas enfatizam o papel de intermediador da luta de classe, com viés para os capitalistas. Ignácio Rangel (2005a; 2005b), por sua vez, caracteriza o Estado bem ao contexto keynesiano, com a função de orientar os fluxos financeiros para os investimentos, conduzir os recursos para setores que não são objeto dos capitalistas e assim industrializar setor por setor da economia.

Não há como pensar na expansão do modo de produção capitalista sem a presença do Estado como mediador das relações sociais, é a forma institucional onde se condensa os interesses econômicos, sem o qual, os diferentes grupos que compõem a comunidade nacional se consumiriam numa luta sem fim (LIPIETZ, 1984). Com uma relação de intensidade variável com o pensamento econômico dominante, esta instituição estará sempre presente no desenvolvimento capitalista, haja vista que a partir dela são concretizados os acordos de classe, ou seja, é onde o modo de regulação, a estrutura de acumulação é estabelecida.

Os estudiosos da SSA reconhecem uma crescente atuação estatal na economia, inclusive com mudança ideológica em relação ao seu comportamento frente às questões econômicas. Quando estes afirmam que as estruturas são sobredeterminadas (LIPPIT, 1996) e que, de alguma forma, o núcleo base está interligado com as demais instituições da SSA, o responsável pela reprodução e solidez institucional é o Estado, ou seja, é o elo. Em uma fase recessiva, o Estado torna-se muito mais decisivo e refletirá, com muito mais clareza, a força política exercida pelo capitalista. Neste sentido, a SSA aproxima-se significativamente de Rangel, pois ele já havia reconhecido esta característica, ressaltando o comportamento das classes hegemônicas no delineamento das características do Estado, de sua atuação política e econômica. “O Estado resulta da aliança de apenas duas classes dirigentes associadas num pacto de poder implícito, que só muda com a dualidade, seja quais forem os estamentos pelos quais as duas classes dirigentes se façam representar” (RANGEL, 2005b, p.665). É através dele que se darão as mudanças institucionais, e é assegurada as oportunidades de investimento em novos setores produtivos (DAVIDOFF, 1980).

Essas mudanças institucionais acompanham a troca da dualidade, e em cada período da história econômica brasileira o Estado assume caráter distinto, inclusive, daquele indicado como ideal pela teoria econômica. Rangel (2005b, p.717) afirma que as mudanças nos serviços públicos acompanham as crises, portanto, as trocas na dualidade, e quando o ciclo de

Kondratieff retornar para sua fase expansionista uma das causas desse movimento será a nova forma de gerenciamento dos “usos e recursos”. Assim, as mudanças seguem a lógica: serviços públicos concedidos a empresas privadas estrangeiras; serviços públicos de administração direta do Estado; serviços públicos concedidos a empresas públicas (RANGEL, 2005a;2005b). Esta última forma é característica do período de crise do quarto Kondratieff, e dentre todos os problemas que este período apresenta, reafirma a falta de uma política de financiamento das empresas públicas. Que somadas ao nível da dívida da União, corrobora para que o estado de insolvência das contas públicas (RANGEL, 2005b). Assim, a próxima mudança no oferecimento dos serviços públicos deverá ser feito através de empresas privadas, ou seja, através da privatização dos serviços públicos (RANGEL, 2005b, p. 722). Proposta polêmica do autor que ele justifica o argumento afirmando que o setor privado tem condições de hipotecar seus bens junto ao Estado e capitalizar-se no mercado de títulos, portanto, detém uma fonte de financiamento para os investimentos necessários ao setor, a qual não está disponível para o Estado.

Outra forma institucional que define a aparência e a intensidade das relações capitalistas é a moeda. A Escola da Regulação a define a partir de suas funções, principalmente, aquela que se refere à descentralização das trocas (BOYER, 2009) sendo distinguida das demais mercadorias econômicas e vista como um bem coletivo (AGLIETTA, 1989). Esta característica é fruto do reconhecimento por parte dos indivíduos do valor social do trabalho, que é manifestado através possibilidade de troca entre os bens, manifestada efetivamente pela presença da moeda (LIPIETZ, 1988). Sua importância é crescente, na medida em que sua criação e circulação ajudam a determinar o padrão de expansão de uma economia (GUTTMAN, 2002), e sua inserção dentro do modo de regulação torna-se muito mais intenso com o aperfeiçoamento das relações de produção.

Como definido em Marx (1977), a moeda é o “elemento” que possibilita a intensificação da circulação das mercadorias, separando os eventos de compra e venda, e isto possibilita o desenvolvimento das crises. A moeda possibilita a descentralização das trocas, porque muda o caráter da transação elementar, agora o objetivo é a troca de uma mercadoria por moeda, o que elimina o problema da dupla coincidência das necessidades (BOYER, 2009). A ER reconhece, portanto, a concepção de endogeneidade da moeda já assumida em Marx, e a coloca como a principal inovação do modo de produção capitalista (AGLIETTA, 1990; BOYER, 2009; CONCEIÇÃO, 2007).

Rangel, por sua vez, já havia observado esta característica, compartilhando de seu ponto de vista sobre a endogeneidade da moeda ao estudar a inflação, hipótese exposta

claramente em seu livro texto *A inflação brasileira* (1963). O autor coloca que a aceleração inflacionária é inversamente proporcional à expansão da oferta. No sentido de que se houvesse uma manutenção das taxas de investimento, com outras fontes de financiamento – estruturação do mercado de capitais e redirecionamento dos serviços públicos para o setor privado – manteria estável a taxa de imobilização, ou seja, os investimentos e isto é necessário porque os níveis de consumo da sociedade brasileira é muito baixa (RANGEL, 2005a, p.597).

Nestas condições a economia é particularmente sensível às variações da taxa de imobilização. A inflação emerge como um recurso heterodoxo, mas eficaz para manter elevada a taxa de imobilização, quando esta manifesta tendência a declinar (RANGEL, 2005a, p. 595).

É dessa forma, a partir da importância dada à moeda que todo o sistema financeiro é construído, com o desenvolvimento capitalista e sua transformação, as relações econômicas são estabelecidas em um nível de maior interdependência e a moeda afigura-se como elemento central. De acordo com a característica evolucionária do sistema capitalista, o sistema financeiro será consequência da ultrapassagem de estágios em direção a formas mais avançadas de acumulação de capital, segue aproximando o lado monetário do lado real da economia. E é por esta condição que Guttman (2002) reconhece como a principal contribuição da ER para economia monetária a identificação da moeda como uma instituição social, profundamente encadeada com a criação/aperfeiçoamento das demais estruturas socioeconômicas e políticas para a retomada da lucratividade.

Neste ponto, há uma forte aproximação com as reflexões de Ignácio Rangel sobre esta matéria, o autor também coloca a moeda como protagonista das relações econômicas contemporâneas. Para Rangel (2005b) a construção de um sólido sistema financeiro ocorreria quando o país entrasse na quarta dualidade, e dessa forma ampliaria as opções de financiamento para a plena utilização do capital produtivo criado com o departamento de bens de capital - D1. Além de demonstrar um provável o sinal de aproximações e homogeneização dos polos da dualidade (RANGEL, 2005b).

No que se refere às relações entre capital/trabalho, as três “escolas” fazem jus ao seu fundamento teórico marxista. Como uma relação de classe social que é, a reprodução do capitalismo está centrada na disputa por maiores parcelas de renda e no aumento da produtividade do trabalho. Portanto, as ER destaca o caráter evolucionário nas relações de capital/trabalho, a crescente automatização do “chão-de-fábrica” e a apropriação pelo

capitalista sobre o espaço de produção. Trata-se do que Lipietz (1988) define como “a submissão real do trabalho ao capital, [...] da produção ao uso das ferramentas, o trabalhador tende a tornar-se servente da máquina”.

Ainda no sentido de demonstrar mais uma característica evolucionária do sistema capitalista, a ER chama a atenção para, com a mudança no regime de acumulação após 1930, a inserção do trabalhador no sistema produtivo, mas agora como consumidor. O sistema de produção fordista é responsável por esta característica, institucionaliza a luta de classe a partir das negociações coletivas e cria uma norma para o consumo (AGLIETTA, 1989, tradução nossa).

A SSA também reafirma o progresso contínuo do sistema capitalista a partir das relações de trabalho, mas estes [autores] dão mais ênfase à luta de classe na determinação da estrutura institucional que permite a reprodução estável do capital. O ponto-chave para a construção da estrutura de acumulação do pós-II Guerra está fundamentado no controle do processo de trabalho e dos acordos de cooperação via sindicato para garantir aumentos salariais regulares (KOTZ, 1994). A análise é muito próxima à feita pela ER e inclusive as conclusões alcançadas com a regulamentação e institucionalização do “mundo do trabalho” também sugerem o aumento da demanda por bens finais.

Rangel discute todas as questões referentes às relações capital/trabalho a partir da reforma agrária. O que de fato proporciona a constituição da mão de obra no Brasil é o deslocamento de trabalhadores do setor agrícola para as cidades, sem uma prévia reforma agrária levavam os trabalhadores a engajarem em subempregos (RANGEL, 2005b). E este enorme exército industrial de reserva pressionava para baixo os níveis salariais, subjulgando a classe trabalhadora e aumentando a favelização das cidades. Este círculo vicioso contribui para uma maior redução dos salários incompatível com o equilíbrio e o desenvolvimento da economia nacional (RANGEL, 2005a,p. 632).

Desenvolvimento capitalista pressupõe desenvolvimento tecnológico, por dois motivos: fazer frente às diversas e crescentes necessidades dos indivíduos e, segundo, para garantir a reprodução do capitalismo, em épocas de crise ou estabilidade. As três “escolas” estudadas observam o avanço tecnológico sob o mesmo prisma: aumento da produtividade do capital. Para a SSA e Ignácio Rangel, assumir o desenvolvimento capitalista a partir de ciclos de Kondratieff, torna a inovação tecnológica parte do ciclo produtivo e elemento impulsionador dos desenvolvimentos sociais (RANGEL, 2005b). A Escola da Regulação se coloca contrário neste ponto, pois o empuxo do progresso tecnológico pode ser expresso

concretamente através das transformações das condições sociais de produção (AGLIETTA, 1989).

Embora Rangel e a SSA estudem o impacto do progresso tecnológico no crescimento das nações, as percepções são distintas porque os objetos de análise são, naturalmente, antagônicos. A SSA observa a criação e a expansão tecnológica com seus ganhos de produtividade a partir da ótica do país que a desenvolve, neste caso, a partir dos EUA para o resto do mundo, Ignácio Rangel observa “o resto do mundo”. Como nação subdesenvolvida que é, o Brasil não produz tecnologia, pois não existe nos países periféricos, precondições históricas e científicas para a produção de tecnologia de vanguarda. (RANGEL, 2005b), embora essas condições possam ser criadas. Nessas economias, os movimentos de resposta aos ciclos de Kondratieff referem-se, também, à assimilação da tecnologia oriunda do centro dinâmico, muitas vezes, já defasadas. Mas, ainda assim, como novas instituições são construídas como condição para superar a fase B do Kondratieff, o progresso técnico assume seu papel importante dentro da reprodução capitalista.

As inovações tecnológicas surgem em resposta ao cenário de crise da fase B do Kondratieff e tornam-se o elemento central para a saída do país da crise em que se encontra, a superação será feita, sempre, via adoção de uma tecnologia amadurecida (Rangel, 2005b,p. 271).

Ainda por conta do caráter subdesenvolvido da economia nacional, e a impossibilidade de produção de tecnologia, Rangel (2005b) aponta para a substituição de importações o caminho para o progresso técnico. Embora haja alguns pré-requisitos, produzir tecnologias significa ter autonomia sobre suas decisões de investimento, portanto, de política econômica. Mas, antes, é necessário solidificar o D1 da economia, e ainda importar tecnologia em “estado puro” (RANGEL, 2005b), só assim haverá ganhos de produtividade. Neste ponto, há uma aproximação com os franceses quando se percebe a dependência da produtividade em relação às importações, e a adaptação das tecnologias incorporadas aos equipamentos e bens intermediários produzidos pelas economias mais avançadas (Boyer, 2009).

A lógica consumista imposta aos trabalhadores os faz incorporar as suas vidas uma quantidade de produtos e serviços alheios a sua real necessidade (AGLIETTA, 1989), por isso o impulso capitalista no desenvolvimento de novos produtos, serviços e, portanto, expansão tecnológica. Além das novas necessidades de consumo, a incorporação do modo de vida consumista altera os hábitos e costumes de uma sociedade, reconstruindo-os através da

assimilação e da criação de instituições, originariamente, muito distante de sua realidade. É dessa forma que o capitalismo se expande e transforma-se continuamente.

Um ponto que pouco foi explorado por Rangel, mas que é predominante em toda a discussão da SSA e da ER no que se refere à tecnologia é o crescimento do desemprego devido ao aumento da produtividade. As firmas buscam o investimento em tecnologia para a redução de seus custos, mão de obra, e ampliar sua competitividade (DIEBOLT, 1991), é o caminho para que seja possível lançar-se no mercado internacional.

As questões que tocam o mundo do trabalho remontam a luta de classe e, logo, seu acirramento. O processo de produção tanto impele o desenvolvimento de tecnologia para o consumo, quanto para a linha de montagem e isto libera mão de obra para empregos mal-remunerados ou ao completo desemprego. Ou ainda, a própria firma leva a sua planta de produção para um país em que a organização trabalhista seja pouca ou, inexistente, gerando/provocando formações distintas de capitalismo - fordismo periférico (LIPETZ, 1988; CORIAT e SABÓIA, 1988). Essas mudanças têm sido facilitada, em grande medida, pela evolução tecnológica na comunicação e nos transportes que permitiu o gerenciamento da produção e do trabalho à distância (McDONOUGH, 2006). Ainda mais, a firma desloca o chão de fábrica para os países de terceiro mundo, mas continua desenvolvendo tecnologia e os enviando, mantendo a divisão do trabalho, dentro da firma e entre os países.

Junto com o desenvolvimento econômico e social é que se dará o desenvolvimento tecnológico, conforme o país avance em direção a formas capitalistas mais avançadas é que se tornará capaz de produzir tecnologia (RANGEL, 2005b). Desta maneira, a perspectiva industrializante imprime a necessidade de domínio do setor tecnológico por qualquer país que almeje a saída do subdesenvolvimento, inserção no mercado internacional e melhoria das condições de vida de sua população.

5. CONCLUSÃO

Estudar o comportamento do capitalismo e seus impactos nas diferentes sociedades foi do interesse das diversas escolas pensador próximo à tradição marxista. Apesar das diferenças, esta inquietação acaba por produzir conceitos e reflexões que se aproximam sobremaneira. O presente trabalho discutiu algumas similaridades, bem como diferenças entre três “escolas” do pensamento econômico próximas ao marxismo, a saber: a Escola da Regulação, a Escola da Estrutura Social de Acumulação e o trabalho de Ignácio Rangel. A originalidade da dissertação está em perceber as semelhanças e algumas diferenças entre as três “escolas” do pensamento econômico.

A Escola da Regulação e a Escola da Estrutura Social de Acumulação partem de base muito semelhante, inclusive, cronologicamente, suas reflexões são sobre o desenvolvimento capitalista a partir do centro econômico mundial e seus desdobramentos no restante da economia. Ignácio Rangel observa os efeitos do capitalismo em um país periférico, é identifica a relação estreita entre o sistema econômico e as instituições socioeconômicas, convergindo para sustentar os níveis de lucro e a estabilidade social e política. Trata-se de uma reflexão original sendo construída na periferia da economia mundial.

O ponto de partida é a ideia de que os movimentos do capitalismo não são formados, apenas, de elementos econômicos. As relações são sociais e, por isso, remetem a fundamentos que não estão definidos economicamente, mas são construídos e transformados conforme o contexto histórico e, principalmente, conforme a luta de classe se desenvolva. A partir da sistematização dos principais elementos teóricos de cada “escola” foi realizada uma aproximação de seus conceitos chave, que em alguma medida são comuns a elas, e discutindo inclusive os pontos em que divergem.

Uma primeira conclusão vai no sentido da importância dada as instituições no processo de desenvolvimento econômico e sua importância na manutenção da sustentabilidade dos níveis de lucro e acúmulo de capital. Para as três “escolas” o capitalismo se desenvolve através da evolução institucional, onde a luta de classe tem papel fundamental na construção/manutenção das instituições. Entretanto, como essas transformações não são passíveis de ocorrer indefinidamente, está subentendido um momento de crise, formadas através da acentuação das contradições construídas em paralelo com a reprodução das forças produtivas.

A Escola da Regulação e a Estrutura Social de Acumulação reconhecem as crises como consequência do acirramento das lutas de classe e do limite alcançado pelo conjunto

institucional. A superação dos períodos de instabilidade se dá através da construção de um novo núcleo base que propicie a retomada do lucro. Ignácio Rangel é o que mais destoa dessa concepção de crise, mas porque assume a crise como um evento regular e pré-definido pelos ciclos de Kondratieff, que por sua vez, é uma das características do capitalismo.

Apesar de esta concepção sugerir um comportamento mecânico ao observador pouco atento, sua verdadeira natureza traz elementos que permitem justificar a influência dos eventos não econômicos no comportamento do capitalismo brasileiro, e explicar o porquê que as crises são formadas exogenamente. Ambos são explicados pela característica dual das instituições econômicas e políticas brasileiras, sistemas produtivos e formações políticas distintas, convivendo e reproduzindo-se continuamente até seu limite. E este ponto [de crise] é alcançado quando estas instituições não conseguem mais garantir a estabilidade das lutas de classe e os níveis estáveis de lucro e acumulação de capital. Apesar de a dualidade ser uma formação independente dos ciclos de Kondratieff, ela manifesta-se na fase recessiva do ciclo, pois é o momento de questionamentos acerca da formação institucional e política. Conforme as dualidades são vencidas, são superados os estágios de desenvolvimento em direção ao socialismo e contribuem com o resultado da formação de um setor produtivo.

A crise que hoje se desenvolve, apresenta os contornos destacados por Ignácio Rangel na década de 1970, e sua origem esta no lado externo da dualidade, no capitalismo financeiro. A quarta dualidade, certamente, iniciada neste período mudou o lado interno do polo externo, colocando o capitalismo financeiro, e sua classe representante, na vanguarda das tomadas de decisões a partir de então. Além de todo o estímulo ao consumo improdutivo, que já era originário do fordismo, tem-se uma série de inovações financeiras para facilitar o acesso, cada vez maior e mais rápido, ao mais diversos bens e serviços.

Por outro lado, a partir da fase recessiva do quarto Kondratieff, os questionamentos no que se refere ao Estado de Bem-Estar social e todos os benefícios que tocam ao trabalho, são flexibilizados ou mesmo removidos. Os postos de trabalho são, cada vez mais, precários e mal remunerados, as instituições que regulamentam as relações de capital/trabalho são reformuladas no sentido de garantir ao capitalismo maior possibilidades de lucro, haja vista que a crise da década de 1970 era consequência do Estado de Providência. Mas, isto é uma das interpretações da crise do fordismo e da responsabilização a esses setores pela instabilidade do período. Ainda que garantisse o retorno à estabilidade das taxas de lucro e das tensões sociais, o retorno à ideologia (neo)liberal não superou a crise e esta manifestou-se novamente, e com força semelhante a 1973.

Seguindo a metodologia proposta por Kondratieff em 1935, assumindo-a como válida por Ignácio Rangel e a escola da SSA, o período em que essa crise se inicia seria a fase A do quinto Kondratieff, portanto, fase de crescimento e expansão das forças produtivas. A pergunta é clara: então porque uma crise de tamanhas proporções? E segundo, como uma crise tem as características do “sócio menor” da dualidade?

É certo que a teoria dos ciclos de crescimento tem fundamental importância para explicar o comportamento do capitalismo e seus impactos na vida dos indivíduos, mas nesta crise o comportamento regular, proposto por Kondratieff, e dicotômico, sugerido por Rangel não se aplicam em sua totalidade. Uma vez que, só teríamos um período de instabilidade sério, como a que se apresenta, na próxima década, e ainda não seria uma crise do capitalismo financeiro já que este é a última mudança de polo, “sócio-menor”, mas sim seria uma mudança no polo interno, deveria ser uma mudança institucional profunda na economia brasileira.

Entretanto, a crise existe e precisa ser entendida. Um ponto inicial pode ser desenvolvido a partir das contribuições destas três “escolas” no que se refere às mudanças institucionais. As instituições financeiras, construídas ao longo da década de 1990 tiveram sua viabilidade questionada. Esta é uma crise que não se desenvolve no lado real da economia, mas, ao contrário, migra do sistema financeiro para o produtivo, a desregulamentação do sistema monetário iniciado com a dissolução dos acordos de Bretton Woods e através do Consenso de Washington mostrou-se, fortemente, danosa as economias centrais. Por outro lado, os países periféricos apresentam uma considerável autonomia em suas decisões de política econômica e adotam medidas diferentes de enfrentamento à crise. Forma-se uma dicotomia neste momento: de um lado, a Europa em crise e com forte inclinação para as medidas de cunho ortodoxo; do outro lado, alguns países periféricos, entre eles o Brasil, que encaminham suas medidas centradas na figura do Estado e no estímulo a demanda.

As questões apresentadas contribuem para entender o desenvolvimento capitalista baseado em seu contexto histórico e institucional, mas ainda apresentam-se insuficientes para a compreensão do contexto atual. Esta contínua mudança das relações produtivas, ressaltada pelas três “escolas”, permite que hoje se reflita sobre a configuração atual do capitalismo, mas também demonstra que novos elementos surgiram e que precisam ser considerados.

6. REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Christine. The welfare state and institutional compromises: from origins to contemporary crisis. In.: BOYER, R. SAILLARD, Y. **Regulación Theory**: the state of the art. New York: Routledge, 2002, Cap.12, p.94-100.

ARAÚJO, Tânia B. de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: REVAN, 2000, p.390.

AGLIETTA, Michel. **Regulación y crisis del capitalismo**: La experiencia de los Estados Unidos. Tradução: Juan de Bueno. Madrid: Siglo Veiteuno, 1979, p.344.

_____. Fases e expansão capitalista nos Estados Unidos da América. **Espaços e Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, ano IX, n.28, p.10-17, 1989.

_____. **La violencia de la moneda**. México, D.F: Siglo Veintiuno, 1990.440p.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro : o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro : Contraponto, 2004. 480 p.

BOYER, Robert. SAILLARD, Yves (Org.). **Régulation theory**: the state of the art. New York: Routledge, 2002, p.386.

_____. **Teoria da Regulação**: os fundamentos. Tradução: Paulo Cohen. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p.156.

_____. **A Teoria da Regulação**: uma análise crítica. Tradução: Renée Barata Zicman. São Paulo: Nobel, 1990, p.192.

BRAGA, Ruy. **A nostalgia do fordismo**: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003.246p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; RÊGO, José Márcio. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v.14, n.02(50), p.98-119, abr-jun 1993.

COMBAT, Flávio. **Hegemonia e Dominação: as possibilidades de reinterpretação de conceitos gramscianos a partir da Abordagem da Regulação**. UNICAMP: CEMARX, 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/ce marx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessa04/Flavio_Combat.pdf. Acesso em 20.01.2013.

CONCEIÇÃO, Otávio A. C. Crise e regulação: a metamorfose da reprodução capitalista. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, p.155-174, 1987.

_____. Michel Aglietta: da teoria da Regulação à violência da moeda. **Fundação de Economia e Estatística**. Textos para Discussão nº 11: Porto Alegre, nov 2007. 18p.

CORIAT, Benjamin. SABOIA, João Saboia. Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.09, n.02, p.03-45, 1988.

CRUZ, Paulo Roberto D. C. **Ignácio Rangel: um pioneiro**. 1980, 162f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

DIEBOLT, Claude. Towards a new social structure accumulation? **History Social Research**, Germany, v. 27, n. 2/3, p.85-99. 2002.

FARIA, Luiz Augusto E.; CONCEIÇÃO, Octávio Augusto C.; BELLO, Teresinha da S. **Desvendando a Espuma**: reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro. Porto Alegre: FEE, 1990, p.247.

FONSECA, Pedro César D. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p.482.

_____. Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**. São Paulo, jan/mar 2003, n. 89, p.133-148.

GORDON, David M; WEISSKOPF, Thomas E; BOWLES, Samuel. Power, Accumulation and Crisis: the rise and demise of postwar social structure of accumulation. In.: CHERRY, R. **The Imperiled Economy**. New York, 1987. 2006

GORDON, David M; WEISSKOPF, Thomas E; BOWLES, Samuel. Long swings and stages of capitalism. . **Social Structures of Accumulation: the political economy of growth and crisis**. New York: Cambridge University Press: 1994, p. 11-28.

GUTTMAN, Robert. Money and credit in *régulation* theory. In.: BOYER, R. SAILLARD, Y. **Regulation Theory**: the state of the art. New York: Routledge, 2002, Cap. 07, p. 57-63.

JONSSON, Ivar Regimes of Accumulation, Microeconomies and Hegemonic Politics. **Capital & Class Summer**: SAGE Journals, 1993, v.17, p. 49-97.

KONDRATIEFF, Nicolai D. The long waves in economic life. Translated by W. F. Stolper. **The Review of Economics and Statistics**: JSTOR, 1935,v.17, n.06, p. 105-115.

KOTZ, David M. Interpreting the social structure of accumulation theory. **Social Structures of Accumulation: the political economy of growth and crisis**. New York: Cambridge University Press: 1994, p.50-71.

_____. Neoliberalism and the Social Structure of Accumulation Theory of Long-Run Capital Accumulation. **Review of Radical Political Economics**: JSTOR, 2003, v.35, n.03, p. 263-270.

_____. Institucional structure or social structure of accumulation?. **Growth and Crises: Social Structure of Accumulation Theory and Analysis**. Galway: National University of Ireland: 2006, p.50-58.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. . **Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, n.25, p.12-29.1988.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres: problemas da industrialização do terceiro mundo**. Tradução: Catherine Marie Mathieu. São Paulo: Nobel, 1988, p.231.

_____. Audácia: uma alternativa para o século 21. São Paulo: Nobel, 1991. 238p.

_____. Imperialism or the beast of the apocalypse. Translated: M-P Allum. **Capital et Class**. Printemp, n°22: 1984.

_____. As transformações na divisão internacional do trabalho: considerações metodológicas e esboço de teorização. **Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, ano IV, n.12, p.66-95, 1984.

_____. O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade. **Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, ano XIV, n.38, p.10-19, 1994.

LIPIETZ, Alain. Rebel sons: the Regulation School. Entrevista concedida a Jane Jenson. **French Politics and Society**. Massachusetts: Harvard University, v.05, n.04, sept 1987. http://lipietz.net/spip.php?page=article&id_article=750 (acesso em 15/01/2013).

LIPPIT, Victor D. **Social Structure Accumulation Theory**. California: University of California, 2006.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. **Coleção os Economistas**. São Paulo: Nova Cultura, 1996. 473p.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977. 351 p.

MCDONOUGH, Terrence et.al. **Growth and Crises: Social Structure of Accumulation Theory and Analysis**. Galway: National University of Ireland: 2006. 538p.

_____. SSA theory: the state of the art. **Growth and Crises: Social Structure of Accumulation Theory and Analysis**. Galway: National University of Ireland: 2006, p.31-49.

_____. How social structures of accumulation decline and are built. **Social Structures of Accumulation: the political economy of growth and crisis**. New York: Cambridge University Press: 1994, p.29-49.

_____. The construction of social structure of accumulation in US history, Terrence McDonough. **Social Structures of Accumulation: the political economy of growth and crisis**. New York: Cambridge University Press: 1994, p.101-13.

_____. Social Structures of Accumulation: A “Punctuated” View of Embeddedness. **American Journal of Economics and Sociology**, v.70, n.05, p.1234 – 1247, nov 2011.

NEILSON, David. Remaking the Connections: Marxism and the French Regulation School. **Review of Radical Political Economics**. Massachusetts: SAGE, out. 2011, p.17.

NOEL, Alain. Accumulation, Regulation, and Social Change: An Essay on French Political Economy. **International Organization**: JSTOR, 1987, v.41, n.02, p. 303-333.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, v.1, p.742. a.

_____. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, v.2, p.762. b.

_____. O ciclo médio e o ciclo longo no Brasil. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 1983, p.31-42.

REICH, Michael. How social structures of accumulation decline and are built? **Social Structures of Accumulation: the political economy of growth and crisis**. New York: Cambridge University Press: 1994, p.29-49.

SAILLARD, Yves; BOYER, Robert (Org.). **Régulation Theory: the state of the art**. Translated: Carolyn Shread. London: Routledge, 2002, p.153 - 160.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, 143p.

WOLFSON, Martin H. Class, crisis, and the theory of a Social Structure of Accumulation. **Growth and Crises: Social Structure of Accumulation Theory and Analysis**. Galway: National University of Ireland: 2006. p.106-114.